

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL 2008-2011



Ministério do Trabalho e Emprego



**PLANO PLURIANUAL
2008-2011**

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO

Ministério do Trabalho e Emprego

EXERCÍCIO 2009

ANO BASE 2008

**Brasília
2009**

ÍNDICE

Apresentação

Sumário Executivo

Avaliação dos Programas

Crédito Orientado ao Desenvolvimento e Geração de Emprego e Renda

Democratização das Relações de Trabalho

Economia Solidária em Desenvolvimento

Erradicação do Trabalho Escravo

Gestão da Política de Trabalho, Emprego e Renda

Integração das Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda

Microcrédito Produtivo Orientado

Qualificação Social e Profissional

Rede de Proteção ao Trabalho

Segurança e Saúde no Trabalho

Anexo I - Execução Física e Financeira

APRESENTAÇÃO

A contínua melhoria da qualidade das políticas públicas e sua efetividade junto à sociedade é um princípio que eleva os desafios para a gestão pública e ressalta a importância da avaliação da ação governamental. Nesse sentido, os resultados apresentados no Relatório de Avaliação do PPA 2008-2011 devem ser debatidos, de modo a permitir o avanço da democracia na interação entre o Estado e a Sociedade.

A fim de cumprir o disposto no art. 19º da Lei nº 11.653, de 07 de abril de 2008 e o Decreto nº 6601 de 10 de outubro de 2008 que trata do modelo de gestão do Plano Plurianual 2008-2011, coube aos órgãos do Governo Federal elaborar a avaliação dos Objetivos Setoriais e dos Programas sob sua responsabilidade. O produto do trabalho é resultado das atividades realizadas em conjunto com gerentes dos programas e equipes técnicas no âmbito dos órgãos responsáveis por programas de Governo, que são integrantes das Subsecretarias de Planejamento, Orçamento e Gestão (SPOA), das Unidades de Monitoramento e Avaliação (UMAs) e das Secretarias Executivas.

As avaliações versam sobre os resultados provenientes da implementação do programas de cada órgão e incluem demonstrativos físicos e financeiros dos valores referentes às ações desenvolvidas, tanto no âmbito do próprio órgão responsável quanto em outros Ministérios, no caso dos programas multissetoriais. Esse relatório confere maior transparência em relação aos resultados da aplicação dos recursos públicos federais. Além disso, facilita a compreensão e a prestação de contas à sociedade, gerando assim informações para os debates necessários à promoção da melhoria da qualidade da ação pública e de seus resultados para a sociedade brasileira.

SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2008, do total previsto para o(a) Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), foram utilizados R\$ 45.415.957.689,00 para a execução dos programas e das ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro a seguir:

Autorizado (LOA + Créditos): R\$ 40.876.974.466,00	Empenho Liquidado:	R\$ 45.415.957.689,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	R\$ 45.415.957.689,00
Previsto não orçamentário R\$ 12.392.204.000,00	Realizado não orçamentário R\$ 10.055.692.463,00	

Além disso, do total de R\$ 1.128.791.178,00 inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2007, foram executados R\$ 981.034.848,00, ou seja, 86,91%.

Na execução orçamentária dos programas sob responsabilidade do(a) Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), no período do PPA 2008-2011, verificou-se a seguinte distribuição dos percentuais na participação dos valores realizados anualmente:

Tipo	Programa (Código/Denominação)	2008		
		Previsto	Realizado*	%
Finalístico	0099 Integração das Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda	20.970.290.429,00	20.532.242.941,00	97,91
	0101 Qualificação Social e Profissional	446.217.251,00	141.261.159,00	31,66
	0102 Rede de Proteção ao Trabalho	28.275.400,00	20.250.169,00	71,62
	0103 Crédito Orientado ao Desenvolvimento e Geração de Emprego e Renda	4.842.661,00	784.519,00	16,20
	0107 Erradicação do Trabalho Escravo	14.310.903,00	11.375.085,00	79,49
	1132 Democratização das Relações de Trabalho	3.364.788,00	1.810.530,00	53,81
	1133 Economia Solidária em Desenvolvimento	82.521.999,00	57.373.494,00	69,53
	1184 Segurança e Saúde no Trabalho	55.550.200,00	52.908.601,00	95,24
	1387 Microcrédito Produtivo Orientado	3.390.831,00	3.375.240,00	99,54
	Finalístico (total)		21.608.764.462,00	20.821.381.738,00
Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais	0106 Gestão da Política de Trabalho, Emprego e Renda	217.508.951,00	189.168.011,00	86,97
Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais (total)		217.508.951,00	189.168.011,00	86,97
Total Global		21.826.273.413,00	21.010.549.749,00	96,26

* Valores Executados (liquidado) em 2008.

AValiação Setorial

O Ministério do Trabalho e Emprego possui os seguintes objetivos setoriais:

- Expandir a economia solidária como alternativa para o desenvolvimento do País.
- Fomentar aumento de postos de trabalho e de renda e promover a inclusão social por intermédio do Microcrédito Produtivo Orientado (MPO).
- Implantar um sistema de relações do trabalho mais democrático, transparente e com maior controle social.
- Implementar um Sistema Público de Emprego para a promoção de políticas universais de emprego, trabalho e renda.
- Promover políticas de integração internacional dos direitos ao trabalho, com base no fortalecimento da inclusão e no diálogo social.
- Reduzir a precarização das relações de trabalho.

Para avaliá-los, já foram desenvolvidos dois indicadores. Um indicador para avaliar o objetivo de expandir a economia solidária por meio da **taxa de crescimento desse segmento em relação ao Produto Interno Bruto (PIB)**. Em 2008, o resultado foi de 0,3% do PIB, abaixo do índice de referência (0,59%), o que se explica, em parte, na dificuldade existente na mensuração dos resultados dos Empreendimentos Econômicos Solidários, o que pressupõe a necessidade de aprimoramento da metodologia. Outro indicador é o que auxilia na avaliação do objetivo relacionado ao microcrédito - **Taxa de penetração do Microcrédito Produtivo Orientado** – o qual não conseguiu ser calculado em tempo hábil para ser informado no SIGPlan.

Principais resultados

No que diz respeito ao objetivo de **expandir a economia solidária no país**, de suma importância para proporcionar melhorias nas condições das camadas mais carentes da população, percebe-se que diversos problemas afetaram a execução do programa, atrasando ou impedindo o início de diversos projetos ao longo de 2008.

O ano marcou o início da execução de uma série de novas ações, inseridas no PPA 2008-2011, o que pressupõe a necessidade do seu amadurecimento para a obtenção de resultados significativos. Além disso, os levantamentos socioeconômicos realizados junto ao público-alvo possuem limitações, algumas delas características de empreendimentos econômicos solidários (EES), como a não declaração de renda ou faturamento, o que distorce o resultado das ações do programa.

No entanto, percebe-se que, apesar das dificuldades, as políticas previstas para o segmento foram discutidas e elaboradas em conjunto com a sociedade - uma de suas principais características. E é patente a intenção do programa em impulsionar os EES por meio de um maior acesso ao crédito, ao conhecimento técnico e aos mercados para escoamento da produção. Portanto, a economia solidária vem buscando aumentar a sua organização e consolidar-se como uma política pública setorial consistente para a geração de trabalho, emprego e renda.

O objetivo setorial de **fomentar aumento de postos de trabalho e de renda e promover a inclusão social por intermédio do Microcrédito Produtivo Orientado** apresentou resultados significativos em 2008, tanto na quantidade de operações de microcrédito realizadas quanto no volume de crédito concedido, mantendo o desempenho ascendente do programa em um contexto de crise financeira internacional.

Apesar de dificuldades operacionais e estruturais, o microcrédito cresceu em um contexto de crise financeira, apoiando o microempreendedorismo em um momento de restrição de crédito. Apesar de não ter sido registrado no SIGPlan, o programa finalizou o ano com 279 instituições habilitadas a oferecer o microcrédito.

Entretanto, ainda existem os grandes desafios de ampliar o acesso ao crédito, principalmente nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e aumentar a sua articulação com outros atores que possuem ações similares, para evitar a execução de ações concorrentes e ganhar sinergia na atuação.

O ano de 2008 apresentou avanços na busca por atingir o **objetivo de implantar um sistema de relações do trabalho mais democrático, transparente e com maior controle social**. O reconhecimento das Centrais Sindicais fortaleceu a participação dos trabalhadores nos debates que envolvem seus interesses. Tal aspecto é importante na medida em que a crise financeira internacional vem provocando um grande número de demissões e uma representação dos trabalhadores mais consistente tem sido importante nas negociações com as empresas no sentido de evitar novas dispensas ou conflitos trabalhistas.

Paralelamente, o MTE capacitou um significativo contingente de servidores, sindicalistas e outros representantes da sociedade civil em temas relacionados às relações de trabalho. Mesmo assim, ocorreu uma redução na taxa de eficácia das mediações realizadas pelo MTE em relação a 2007, demonstrando o alto grau de impacto da crise internacional.

Para **implementar um Sistema Público de Emprego para a promoção de políticas universais de emprego, trabalho e renda**, o MTE baseia sua estratégia na concessão de crédito com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), nas ações de qualificação social e profissional, de intermediação de mão-de-obra e no pagamento do seguro-desemprego e do abono salarial.

A concessão de crédito é um instrumento fundamental para apoiar a geração de emprego e renda. Em 2008, devido à pujança da economia até o final do 3º trimestre e a priorização de alocação de recursos pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - CODEFAT, a ação do Proger Urbano Investimento, voltada principalmente para a concessão de crédito para micro e pequenas empresas, apresentou resultados bastante expressivos. Considerando que as empresas desse porte empregam a maioria da população economicamente ativa brasileira, conclui-se que a decisão do Conselho foi acertada e contribuiu para os crescentes aumentos no nível de emprego no país.

Quanto às ações do Programa Qualificação Social e Profissional, o ano 2008 representou um avanço muito relevante para o tema, na medida em que o CODEFAT definiu a qualificação como um direito do cidadão, o que aumenta ainda mais a responsabilidade do Ministério com a execução de suas ações visando à inclusão social das camadas mais carentes da população, com foco especial nas pessoas com deficiência, mulheres, jovens, afro-descendentes e indígenas. Em adendo, o valor do custo hora/aula foi ajustado, o que proporcionará maior qualidade aos cursos.

Neste contexto, por meio dos Planos Setoriais de Qualificação – PlanSeQs, o programa qualificou trabalhadores necessários à obras do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, incluindo beneficiários do bolsa-família, demonstrando a integração com outras políticas de governo. É importante ressaltar que, devido a características específicas do processo de conveniamento, o que faz com que a maioria dos convênios sejam concluídos somente no fim do ano, o programa tem dificuldades para apresentar seus resultados de forma tempestiva ao longo de 2008 e, com isso, parte significativa dos trabalhadores será qualificada somente em 2009. Por outro lado, a aplicação do Sistema Integrado de Planejamento, Monitoramento e Avaliação – SPMA – vem reforçando a capacidade de controle do MTE e permite uma maior transparência das ações para a sociedade e os órgãos de controle.

Quanto às ações realizadas para mitigar os prejuízos causados pelo desemprego e apoiar e preparar o trabalhador para a sua reintegração ao mercado de trabalho de forma mais rápida, os resultados obtidos em 2008 foram bastante positivos. Foram inseridos mais de um milhão de trabalhadores pelo Sistema Nacional de Emprego – SINE – e mais de seis milhões de trabalhadores receberam o seguro-desemprego.

Entretanto, surgiram alguns pontos de melhoria necessários para que a prestação dos serviços possa ser mais eficaz. Exemplos estão na necessidade de aperfeiçoamento das ações de intermediação de mão-de-obra para uma melhor adequação do perfil do trabalhador à demanda da empresa, e a manutenção/ampliação dos postos de atendimento do SINE para que o trabalhador possa ter maior acesso às vagas oferecidas.

É importante ressaltar que diversas ações do MTE sofreram com a carência de servidores ou a desmotivação de servidores terceirizados, mas que foram substituídos por novos concursados, readequando a força de trabalho do

Ministério. Além disso, com a reforma de superintendências regionais, tanto o servidor quanto o cidadão terão um ambiente de atendimento mais confortável e saudável.

Com o objetivo de **promover políticas de integração internacional dos direitos ao trabalho, com base no fortalecimento da inclusão e no diálogo social**, o MTE constituiu a primeira “Casa do Trabalhador”, inaugurada em junho/2008 em Foz do Iguaçu/Paraná, na fronteira com o Paraguai, visando ao atendimento dos brasileiros e brasileiras que vivem naquele país e transitam freqüentemente ao Brasil e, também, aos paraguaios que vivem naquela cidade.

Outra importante atividade executada foi o lançamento da Cartilha “Brasileiras e Brasileiros no exterior – Informações Úteis”, coletânea de informações, dicas e alertas para aqueles que estão vivenciando o processo migratório. Essa publicação teve ampla aceitação e vem sendo distribuída nos postos de emissão de passaporte no Brasil e nos Consulados Brasileiros no exterior.

Quanto ao objetivo setorial de **reduzir a precarização das relações de trabalho**, o MTE continuou atuando fortemente para garantir os direitos e garantias do trabalhador, com mais de 30 milhões de trabalhadores alcançados pelas ações de fiscalização. Cabe destacar neste contexto, o excelente resultado atingido na inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho. Tais resultados são fruto da parceria do MTE com entidades representativas de trabalhadores na elaboração do planejamento da fiscalização, o que permitiu uma maior eficiência nas ações de fiscalização.

O combate ao trabalho escravo, apesar das dificuldades institucionais e de abrangência, também obteve um expressivo resultado, libertando mais de 5 mil trabalhadores.

Por fim, as ações voltadas para a segurança e saúde do trabalhador também obtiveram resultado significativo. Entretanto, tão importante quanto a fiscalização das condições do ambiente de trabalho, foi a capacitação de técnicos e o esclarecimento ao trabalhador e às empresas quanto as medidas preventivas de segurança que ajudam diretamente na redução dos acidentes de trabalho.



AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

CRÉDITO ORIENTADO AO DESENVOLVIMENTO E GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA

GERENTE DO PROGRAMA

Ezequiel Sousa do Nascimento

OBJETIVO

Estimular o desenvolvimento econômico e social do País por meio da democratização do crédito produtivo, capaz de gerar emprego, trabalho e renda

PÚBLICO-ALVO

Micro e pequenas empresas, cooperativas e associações de trabalhadores, profissionais liberais, microempreendedores, empresas pertencentes a setores prioritários de política governamentais de desenvolvimento, de arranjos produtivos locais ou de setores intensivos em mão-de-obra

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

QUADRO SÍNTESE DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

Autorizado (LOA + Créditos): R\$ 4.842.661,00	Empenho Liquidado: R\$ 784.519,00
	Pago Estatais: -
	Total: R\$ 784.519,00
Previsto não orçamentário R\$ 12.000.000.000,00	Realizado não orçamentário R\$ 15.560.831.876,00

METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
Concessão de Crédito para Financiamento de Capital de Giro de Empreendimentos Urbanos e Rurais - 90AH (crédito concedido/UNIDADE)	1.129.414,00	1.555.498,00	1,38	4.663.470.864,00	3.255.642.060,00	0,70
Concessão de Crédito para Iniciativas Específicas de Governo - 90B0 (crédito concedido/UNIDADE)	1,00	0,00	0,00	1.088.797,00	0,00	0,00

Concessão de Crédito para Investimento em Infra-Estrutura - 90AT (crédito concedido/UNIDADE)	2.498,00	248,00	0,10	3.675.184.530,00	3.228.988.000,00	0,88
Concessão de Crédito para Investimentos de Médios e Grandes Empreendimentos Urbanos e Rurais - 90AE (crédito concedido/UNIDADE)	592,00	1.099,00	1,86	586.220.499,00	1.047.798.000,00	1,79
Concessão de Crédito para Investimentos de Micro e Pequenos Empreendimentos Urbanos e Rurais - 90AB (crédito concedido/UNIDADE)	59.001,00	125.830,00	2,13	1.838.876.527,00	6.068.644.176,00	3,30
Concessão de Crédito para o Fomento da Construção Civil - 90AS (crédito concedido/UNIDADE)	60.406,00	40,00	0,00	130.299.768,00	2.492.519,00	0,02
Concessão de Crédito para o Fomento da Exportação - 90AW (crédito concedido/UNIDADE)	230,00	227,00	0,99	914.645.647,00	1.770.021.723,00	1,94
Concessão de Crédito para o Fomento da Inovação e Difusão Tecnológica - 90AY (crédito concedido/UNIDADE)	5.294,00	43,00	0,01	190.213.368,00	187.245.398,00	0,98
Controle, Monitoramento e Avaliação das Aplicações dos Depósitos Especiais do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT - 8617 (Crédito controlado/UNIDADE)	2.522,00	1.874,00	0,74	4.342.661,00	784.519,00	0,18
Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	0,00	0,00	-	500.000,00	0,00	0,00
Índice médio geral de realização			0,80			0,98

METAS FINANCEIRAS - RAP

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
(RAP 2007) Controle, Monitoramento e Avaliação das Aplicações do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT -	-	-	-	22.332,00	11.166,00	0,50

8617 (Crédito controlado/UNIDADE)						
Índice médio geral de realização				-		0,50

INDICADOR(ES)

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICE DE REFERÊNCIA (LINHA DE BASE)		ÍNDICE APURADO EM 2008		ÍNDICE PREVISTO PARA O FINAL DO PPA (2011)	POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011
	Índice	Data de Apuração	Índice	Data de Apuração		
NÚMERO DE TRABALHADORES DIRETAMENTE BENEFICIADOS PELA CONCESSÃO DE CRÉDITO - UNIDADE	1619007	30/12/2006	4790417	03/2009	0	Alta

Fonte: Sistema de Acompanhamento da Execução das Ações do Proger, RAIS e CAGED

Medidas corretivas necessárias: Na oportunidade da revisão do Plano Plurianual em 2009, será incluído o indicador para 2001 no montante de 3.065.867 trabalhadores beneficiados. A redução em relação a 2008 reflete a redução do volume proveniente dos depósitos especiais para a concessão de crédito, tendo em vista o aumento dos recursos do FAT destinados ao pagamento do seguro-desemprego e do abono salarial.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A geração de emprego e renda é elemento fundamental no processo de inclusão social e desenvolvimento econômico do País. Uma das restrições à geração de emprego e renda é a dificuldade de acesso a crédito produtivo para micro e pequenas empresas, associações produtivas, cooperativas, profissionais liberais e micro e empreendedores populares de baixa renda. Destacam-se entre os objetivos do Programa, além do apoio à micro e pequenos negócios, o desenvolvimento da infra-estrutura nacional, o estímulo às exportações e aos setores prioritários para a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior.

1. PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS EM 2008**PRINCIPAIS RESULTADOS HIERARQUIZADOS:**

1 - Concessão de Crédito para Investimento de Micro e Pequenos Empreendimentos Urbanos e Rurais - De janeiro a dezembro houve, em todos os agentes financeiros, 199.074 operações contratadas, totalizando um valor contratado de R\$ 7.211.140.594.

2 - Concessão de Crédito para Financiamento de Capital de Giro de Empreendimentos Urbanos e Rurais - Em 2008, em todos os agentes financeiros, 1.555.498 liberações, totalizando um valor contratado de R\$ 3.255.642.060.

3 - Concessão de Crédito para Investimento em Infra-estrutura - A ação participou com 19% do volume de recursos contratados em 2008, com um desempenho de 399 liberações, totalizando um valor contratado de R\$ 3.228.988.000.

4 - Concessão de Crédito para o Fomento da Exportação - A ação teve 11% de participação sobre o volume total de recursos contratados em 2008, com um desempenho de 227 operações, totalizando um valor contratado de R\$ 1.770.021.717.

5 - Concessão de Crédito para Investimentos de Médios e Grandes Empreendimentos Urbanos e Rurais - A ação teve 6% de participação sobre o volume total de recursos contratados em 2008, com 1.099 operações, totalizando um valor contratado de R\$ 1.047.798.000.

A obtenção de resultados foi acima do esperado. Abaixo, segue maiores detalhes acerca da execução das ações supracitadas.

1. Concessão de Crédito para Investimento de Micro e Pequenos Empreendimentos Urbanos e Rurais. Essa ação, com capital de giro associado ou não, foi a que mais contribuiu para os alcances dos objetivos do Programa 0103 em 2008. À conta dessa ação extra-orçamentária são contabilizados os resultados do Proger Urbano Investimento, carro-chefe do Programa Crédito Orientado ao Desenvolvimento e Geração de Emprego e Renda. As operações dessa ação correspondem aos seguintes programas e linhas de crédito:

- FAT Empreendedor Popular (7.324 operações e R\$ 31.722.048 contratados);
- FAT Fomentar Micro e Pequenas Empresas (13.596 operações e R\$ 2.444.089.000 contratados);
- PROGER Rural (26 operações e R\$ 862.423 contratados);
- PROGER Turismo Investimento (2.419 operações e R\$ 129.950.535 contratados);
- PROGER Urbano Investimento (102.465 operações e R\$ 3.462.020.170 contratados); e
- PRONAF (73.244 operações e R\$ 1.142.496.418 contratados).

As ações de investimento em micro e pequenos empreendimentos têm recebido especial destaque na Programação Anual de Alocação dos Depósitos Especiais – PDE, aprovada pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – CODEFAT. A PDE/2008 priorizou a alocação de recursos em linhas de crédito com esse foco, totalizando a alocação de R\$ 5,3 bilhões destinada a esse segmento, que, somados

aos retornos de operações, possibilitaram contratar 199.074 operações, montante de R\$ 7,21 bilhões.

2. Concessão de Crédito para Financiamento de Capital de Giro de Empreendimentos Urbanos e Rurais. A ação teve importante participação nas contratações no ano de 2008. As operações dessa ação correspondem aos seguintes programas e linhas de crédito:

- FAT Giro Agropecuário (2 operações e R\$ 820.000 contratados);
- FAT Giro Setorial (3 operações e R\$ 169.000);
- Proger Turismo Capital de Giro (20 operações e R\$ 1.653.303 contratados);
- Proger Urbano Capital de Giro (1.555.473 operações e R\$ 3.252.999.758).

Apesar de o CODEFAT não ter autorizado novas alocações em 2008 para capital de giro puro, as operações são fruto de reaplicação dos recursos alocados em anos anteriores.

3. Concessão de Crédito para Investimento em Infra-estrutura. As operações dessa ação correspondem aos seguintes programas e linhas de crédito:

- FAT Infra-estrutura Econômica (43 operações e R\$ 2.646.216.000 liberados);
- FAT Infra-estrutura Insumos Básicos e Bens de Capital sob Encomenda (39 operações e R\$ 386.133.000 liberados);
- PROEMPREGO (317 operações e R\$ 196.639.000 liberados).

O CODEFAT reduziu drasticamente as novas alocações em 2008 para operações de infra-estrutura, visto terem retorno mais lento aos cofres do FAT, e serem destinadas basicamente a médias e grandes empresas, que têm maior facilidade de acesso a crédito por outras vias. As operações no ano foram fruto de reaplicação dos recursos alocados em anos anteriores.

4. Concessão de Crédito para o Fomento da Exportação. As operações dessa ação correspondem aos seguintes programas e linhas de crédito:

- FAT Exportar (91 operações e R\$ 1.764.402.000 contratados);
- Proger Exportação (136 operações e R\$ 5.619.717 contratados).

5. Concessão de Crédito para Investimentos de Médios e Grandes Empreendimentos Urbanos e Rurais. A ação de concessão de crédito para investimentos de médios e grandes empreendimentos urbanos e rurais teve 6% de participação sobre o volume total de recursos contratados em 2008, com um desempenho, de janeiro a dezembro de 1.099 operações, totalizando um valor contratado de R\$ 1.047.798.000. As operações dessa ação correspondem ao programa FAT Fomentar

Médias e Grandes Empresas, operado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.¹

2. GRAU DE CONTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS DO PROGRAMA PARA O ALCANCE DO OBJETIVO SETORIAL

Objetivo Setorial Vinculado ao Programa: Implementar um Sistema Público de Emprego para a promoção de políticas universais de emprego, trabalho e renda

GRAU DE CONTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS DO PROGRAMA PARA O ALCANCE DO OBJETIVO SETORIAL: Acima do esperado

JUSTIFICATIVA: O Programa 0103 é, no Ministério do Trabalho e Emprego, o principal responsável pela dimensão de geração de emprego e renda do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda. Sua operacionalização ocorre pela concessão de empréstimos a empresas e empreendedores populares, provendo-lhes condições de geração de renda e de crescimento do empreendimento, traduzido em novas contratações. Com isso, é importante como uma política complementar às demais ações do Sistema Público, que têm foco em mitigar os custos sociais do desemprego, reduzir o tempo desemprego e aumentar a empregabilidade.

3. COBERTURA DO PÚBLICO ALVO

O público-alvo especifica o(s) segmento(s) da sociedade ao(s) qual(is) o programa se destina e que pode se beneficiar direta e legitimamente com sua execução. A parcela do público-alvo efetivamente coberta pelo Programa é conhecida como "beneficiários".

COBERTURA DO PÚBLICO-ALVO: ACIMA DO ESPERADO

JUSTIFICATIVA: Dado o público-alvo do Programa 0103, de “Micro e pequenas empresas, cooperativas e associações de trabalhadores, profissionais liberais, microempreendedores, empresas pertencentes a setores prioritários de política governamentais de desenvolvimento, de arranjos produtivos locais ou de setores intensivos em mão-de-obra”, pode-se considerar que as expectativas para 2008 foram superadas. O comportamento foi particularmente influenciado pelas seguintes ações:

- Ação 90AB – Concessão de Crédito para Investimentos de Micro e Pequenos Empreendimentos Urbanos e Rurais (considerado o desempenho de janeiro a dezembro, superação em 113,27% da meta física);
- Ação 90AE – Concessão de Crédito para Investimentos de Médios e Grandes Empreendimentos Urbanos e Rurais (considerado o desempenho de janeiro a dezembro, superação em 85,64% da meta física);
- Ação 90AH – Concessão de Crédito para Financiamento de Capital de Giro de Empreendimentos Urbanos e Rurais (considerado o desempenho de janeiro a dezembro,

¹ Cabe salientar que as diferenças existentes na execução física e financeira constantes da avaliação em relação ao apresentado pelo SIGPlan, ocorreram pela atualização das informações de 2008 ocorrida em março de 2009.

- Ação 90AW - Concessão de Crédito para o Fomento da Exportação (considerado o desempenho de janeiro a dezembro, cumprimento de 98,70% da meta física); e

Cumprir destacar que a concessão de crédito com recursos do FAT implica algumas dificuldades que impossibilitam, a priori, a definição de metas e, conseqüentemente, distorções em seu cumprimento. Como exemplo de tais dificuldades pode-se citar: i) a conjuntura macroeconômica, que determina a demanda, por parte dos agentes econômicos, por crédito produtivo; ii) o fato de o risco de inadimplência ser de responsabilidade dos agentes financeiros que operacionalizam os programas, de modo que qualquer meta a ser definida estará comprometida pela propensão dos agentes em atenderem possíveis beneficiários cujo risco de inadimplência seja considerado inadequado; e iii) a alocação dos depósitos especiais é definida no âmbito do CODEFAT, que é um órgão tripartite e paritário, de modo que a decisão sobre quanto alocar em linhas de crédito do FAT não cabe unicamente ao Ministério do Trabalho e Emprego. Assim, o que constituiu as metas do PPA foram estimativas de contratação, com base em desempenho progressivo.

4. SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

O PROGRAMA AVALIA A SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS? Sim

GRAU DE SATISFAÇÃO DO BENEFICIÁRIO: Satisfeito

JUSTIFICATIVA: A marcação acima deriva das seguintes perguntas do questionário a beneficiários na supervisão *in loco*:

- “O financiamento proporcionou o resultado desejado?”, a que 97,4% responderam “sim”;
- “O financiamento proporcionou o aumento de renda e melhoria das condições de vida”, a que 86,2% responderam “sim”; e
- “O financiamento proporcionou a criação de novos postos de trabalho?”, a que 63,2% responderam “sim”.

MECANISMOS UTILIZADOS E CONSEQÜÊNCIAS PARA O APERFEIÇOAMENTO DO PROGRAMA: A satisfação dos beneficiários foi avaliada, em 2008, por dois instrumentos: as supervisões *in loco* realizadas pela equipe técnica do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE; e a avaliação externa em parceria com a Fundação Instituto de Pesquisa Econômica da Universidade de São Paulo – FIPE/USP. Os resultados da avaliação externa deverão ser entregues ao MTE somente no mês de maio de 2009. Assim, a satisfação do usuário registrada acima se refere apenas ao aferido na supervisão *in loco* realizada em 2007, cujos resultados foram tabulados e divulgados em 2008.

5. DESENHO DO PROGRAMA QUANTO AOS TEMAS TRANSVERSAIS (RAÇA, GÊNERO, PESSOA COM DEFICIÊNCIA E/OU CRIANÇA E JUVENTUDE)

OS TEMAS TRANSVERSAIS ESTÃO CONTEMPLADOS NO ÂMBITO DO PROGRAMA?

Sim

FORMA DE ABORDAGEM DOS TEMAS TRANSVERSAIS:

Criança e Juventude: No âmbito das linhas de crédito do FAT, existe atualmente a modalidade Jovem Empreendedor, cujo público-alvo são micro e pequenas empresas cujos titulares sejam jovens empreendedores. Ademais, há a linha de crédito FAT – Profissional Liberal que abarca jovens recém-formados em nível superior e com qualificação técnica.

6. MECANISMOS DE PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL

O PROGRAMA APRESENTA MECANISMOS DE PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL? Sim

Ouvidoria: A Ouvidoria do Ministério do Trabalho e Emprego encontra-se à disposição dos beneficiários do Programa. Por meio dela, o Departamento de Emprego e Salário – área no Ministério responsável pela execução do Programa – recebe dúvidas, reclamações, sugestões, etc. Ainda, está à disposição endereço de e-mail institucional do PROGER.

Discussão em Conselho Setorial: A condução das políticas públicas de emprego, trabalho e renda é orientada pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - CODEFAT, órgão colegiado de caráter tripartite e paritário, composto por representantes de trabalhadores, empregadores e governo, que atua como gestor do FAT. Dentre as funções mais importantes do órgão estão as de elaborar diretrizes para programas e para alocação de recursos, de acompanhar e avaliar seu impacto social e de propor o aperfeiçoamento da legislação referente às políticas. Igualmente importante é o papel que exerce no controle social da execução destas políticas - no qual estão as competências de análise das contas do Fundo, dos relatórios dos executores dos programas apoiados, bem como de fiscalização da administração do FAT. A participação da sociedade organizada, além de ser uma diretriz da OIT, é um elemento de grande importância para a execução das políticas públicas do Ministério do Trabalho e Emprego, dadas suas características.

CONTRIBUIÇÕES DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL PARA OS RESULTADOS DO PROGRAMA: A atuação do CODEFAT pauta as principais ações desenvolvidas no âmbito do Programa, a partir das normas estabelecidas em resoluções. A partir das diretrizes gerais do CODEFAT, o Ministério do Trabalho e Emprego estabelece normativos complementares e planos de ação, implementa, acompanha e controla a execução. Particularmente em relação ao Programa Crédito Orientado ao Desenvolvimento e Geração de Emprego e Renda, o CODEFAT cria novos programas e linhas de crédito, estabelece as condições básicas para sua operacionalização, e define a Programação Anual da Aplicação dos Depósitos Especiais do FAT – PDE.

DEMOCRATIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO**GERENTE DO PROGRAMA**

Luiz Antonio de Medeiros Neto

OBJETIVO

Promover a democratização e a modernização do sistema brasileiro de relações de trabalho, por meio do diálogo e da negociação tripartite entre trabalhadores, governo e empregadores

PÚBLICO-ALVO

Trabalhadores, empresas e organizações sindicais

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

QUADRO SÍNTESE DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

Autorizado (LOA + Créditos): R\$ 3.364.788,00	Empenho Liquidado: R\$ 1.810.530,00
	Pago Estatais: -
	Total: R\$ 1.810.530,00
Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
Capacitação de Técnicos Especializados na Área de Relações do Trabalho - 4782 (Técnico capacitado/UNIDADE)	2.500,00	9.804,00	3,92	700.000,00	394.148,00	0,56
Fórum Nacional do Trabalho - 8852 (Reforma proposta/UNIDADE)	1,00	1,00	1,00	350.000,00	270.823,00	0,77
Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	0,00	0,00	-	470.000,00	286.136,00	0,61
Implantação do Sistema Integrado de Relações do Trabalho - SIRT - 1B41 (Módulo implantado /UNIDADE)	1,00	0,00	0,00	1.300.000,00	477.759,00	0,37
Mediação de Conflitos	20.000,00	13.009,00	0,65	230.000,00	66.876,00	0,29

- 2603 (mediação realizada/UNIDADE)						
Publicidade de Utilidade Pública - 4641 (-/-)	0,00	0,00	-	314.788,00	314.788,00	1,00
Índice médio geral de realização			1,39			0,60

METAS FINANCEIRAS - RAP

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
(RAP 2007) Capacitação de Técnicos Especializados na Área de Relações do Trabalho - 4782 (Técnico capacitado/UNIDADE)	-	-	-	14.492,00	14.099,00	0,97
(RAP 2007) Fórum Nacional do Trabalho - 5478 (Reforma proposta/UNIDADE)	-	-	-	500.000,00	0,00	0,00
(RAP 2007) Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	-	-	-	168.026,00	74.443,00	0,44
(RAP 2007) Implantação do Sistema Integrado de Relações do Trabalho - SIRT - 1B41 (Módulo implantado /UNIDADE)	-	-	-	207.540,00	204.275,00	0,98
(RAP 2007) Mediação de Conflitos - 2603 (mediação realizada/UNIDADE)	-	-	-	404,00	0,00	0,00
(RAP 2007) Publicidade de Utilidade Pública - 4641 (-/-)	-	-	-	4.421,00	0,00	0,00
Índice médio geral de realização			-			0,40

INDICADOR(ES)

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICE DE REFERÊNCIA (LINHA DE BASE)		ÍNDICE APURADO EM 2008		ÍNDICE PREVISTO PARA O FINAL DO PPA (2011)	POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011
	Índice	Data de Apuração	Índice	Data de Apuração		
TAXA DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS - %	71,19	31/12/2006	68,78	12/2008	97,53	Média

Fonte: Dados enviados pelas DRT e CGRT

Medidas corretivas necessárias: Este índice deverá ser ajustado no momento da revisão do PPA em 2009, tendo em vista que por melhor que seja a ação do MTE, haverá sempre um percentual de conflitos cuja resolução não se dará, dado o interesse das partes em buscar algo mais vantajoso na justiça. Diante disso, entende-se que o sucesso nesta ação se dará com um índice estável de 75%.

TAXA DE EFICÁCIA DAS MEDIações - %	63,6	31/12/2006	58,05	12/2008	72,69	Média
--	------	------------	-------	---------	-------	-------

Fonte: Secretaria de Relações do Trabalho SRT/MTE

Medidas corretivas necessárias: Tendo em vista que as negociações na data-base abrangem alto número de trabalhadores, e possuem menos chances de acordo, já que possuem maior complexidade, pode-se ter boas taxas de resolução de conflitos, com taxas de eficácia das mediações mais baixas. Diante disso, este indicador não deve aumentar de maneira significativa, principalmente neste momento de crise, em que vêm ocorrendo demissões que abrangem muitos trabalhadores, e para as quais não tem sido possível a realização de acordos, visto que as empresas não têm tido condições de manter os funcionários. Com isso, espera-se até 2011 um índice em torno de 65%.

TAXA DE ADESÃO À ATUALIZAÇÃO SINDICAL - %	70,27	03/10/2006	0		92,58	Muito Baixa
---	-------	------------	---	--	-------	-------------

Fonte: IBGE/MTE

Medidas corretivas necessárias: Esta taxa não mede resultado deste programa, já que utiliza dados do IBGE, gerados a muitos anos, dos quais não se sabe se são fiéis à realidade. O que se tem buscado é cruzar informações de todos os envolvidos para buscar melhor a adesão à atualização sindical. Esse índice será excluído na revisão do PPA em 2009.

NÚMERO ÍNDICE DE INSTRUMENTO COLETIVO - NÚMERO ÍNDICE	100	31/12/2006	0		236,24	Muito Baixa
--	-----	------------	---	--	--------	-------------

Fonte: DRT/CGRT/SRT/MTE

Medidas corretivas necessárias: Este índice não mede resultado do programa, tendo em vista que o fato de haver mais instrumentos coletivos

registrados em um ano não significam melhorias na democratização das relações de trabalho. Esse índice será excluído na revisão do PPA em 2009.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A legislação trabalhista vigente privilegia o monopólio da representação sindical em uma dada base territorial e a solução heterônoma dos conflitos de trabalho. A atuação do Ministério do Trabalho e Emprego, entretanto, deve ser a de promotor de um regime de liberdade e autonomia sindical, fundado no estímulo à negociação coletiva e à composição direta dos conflitos de trabalho, compatível com as novas exigências do desenvolvimento nacional e com as características atuais do mercado e das relações de trabalho.

1. PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS EM 2008

PRINCIPAIS RESULTADOS HIERARQUIZADOS:

1 - A aprovação pelo Congresso Nacional da Lei nº 11.648/2008 - o reconhecimento das Centrais Sindicais;

2 - Publicação da Portaria 186/08 - procedimentos para o registro sindical.

OBTENÇÃO DOS RESULTADOS: Abaixo do esperado

JUSTIFICATIVA: Um tema amplamente debatido no âmbito do Fórum resultou em ações do Ministério do Trabalho: A lei 11.648/2008 foi um marco legal que passou a permitir a participação das centrais sindicais nos órgãos colegiados do governo e nos conselhos do sistema S, possibilitando a forte presença da representação dos trabalhadores nos fóruns em que debatem os interesses dos trabalhadores e provocam mudanças nas relações trabalhistas. Outro aspecto relevante foi a edição da Portaria Ministerial, que criou o Comitê de Acompanhamento de Assuntos Permanentes – CAAT, que será um fórum de discussão permanente das ações do Ministério com os demais atores sociais.

A portaria nº 186/2008 permitiu a definição de regras claras para o registro sindical, trazendo a baila uma interpretação da legislação sindical mais consentânea com o princípio da liberdade sindical insculpido na Constituição Federal. O conceito de categoria como balizador da organização sindical aliado à unicidade sindical, também foi destacado pela portaria.

No que diz respeito à capacitação de técnicos em relações de trabalho, a meta física foi ultrapassada em 292%, com a utilização de apenas 56% do recurso previsto. Isso foi possível devido à capacitação ter tido como grande alvo o público externo, com curta duração e baixo custo.

Quanto à implantação do SIRT, trabalhou-se no desenvolvimento do Sistema HomologNet. Entretanto, devido a alguns atrasos e falhas encontradas no módulo de importação de arquivos pelo sistema, não foi possível a utilização do recurso previsto para o exercício de 2008.

Em relação ao número de mediações ocorridas no ano, o alcance da meta independe da ação do MTE, visto que o órgão é provocado pelas partes. Isso explica o resultado alcançado em 2008, onde das 20.000 mediações previstas pelo Ministério, foram realizadas 13.009, representando 65% da previsão.

2. GRAU DE CONTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS DO PROGRAMA PARA O ALCANCE DO OBJETIVO SETORIAL

Objetivo Setorial Vinculado ao Programa: Implantar um sistema de relações do trabalho mais democrático, transparente e com maior controle social

GRAU DE CONTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS DO PROGRAMA PARA O ALCANCE DO OBJETIVO SETORIAL: Acima do esperado

JUSTIFICATIVA: A estratégia do MTE para a implantação de um sistema de relações do trabalho como previsto no PPA se dará no contexto do programa de "Democratização de Relações do Trabalho", com a execução de ações de treinamento, debates, estudos, mediações e desenvolvimento de sistemas. Como exemplo, o reconhecimento das centrais sindicais em 2008 foi um grande avanço para um sistema mais democrático de relações do trabalho. O desenvolvimento de sistemas mais transparentes e com controle social também contribuiu. Além disso, podemos citar o debate em torno do projeto da regulamentação da prestação de serviços, que foi aberto a toda a sociedade, divulgado na imprensa e disponibilizado na página eletrônica do MTE, permitindo, desta forma, um amplo controle social.

3. COBERTURA DO PÚBLICO ALVO

O público-alvo especifica o(s) segmento(s) da sociedade ao(s) qual(is) o programa se destina e que pode se beneficiar direta e legitimamente com sua execução. A parcela do público-alvo efetivamente coberta pelo Programa é conhecida como "beneficiários".

COBERTURA DO PÚBLICO-ALVO: ACIMA DO ESPERADO

JUSTIFICATIVA: O público alvo foi atingido em mais de 100%, com a capacitação de técnicos (servidores, sindicalistas) acima da meta prevista, e, além disso, houve a participação ativa deste público nos debates e eventos em que esteve presente a Secretaria de Relações do Trabalho.

4. SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

O PROGRAMA AVALIA A SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS? Não

DIFICULDADES PARA AVALIAR A SATISFAÇÃO DO BENEFICIÁRIO: Pelo fato dos beneficiários finais do programa serem representados pela população economicamente ativa, é inviável uma avaliação com tamanha abrangência.

5. DESENHO DO PROGRAMA QUANTO AOS TEMAS TRANSVERSAIS (RAÇA, GÊNERO, PESSOA COM DEFICIÊNCIA E/OU CRIANÇA E JUVENTUDE)

OS TEMAS TRANSVERSAIS ESTÃO CONTEMPLADOS NO ÂMBITO DO PROGRAMA?
Sim

FORMA DE ABORDAGEM DOS TEMAS TRANSVERSAIS:

Pessoa com Deficiência: o sistema Mediador (registro de instrumentos coletivos) categoriza as cláusulas, havendo categoria desta temática.

Gênero: o sistema Mediador (registro de instrumentos coletivos) categoriza as cláusulas, havendo categoria desta temática.

Criança e Juventude: o sistema Mediador (registro de instrumentos coletivos) categoriza as cláusulas, havendo categoria desta temática.

6. MECANISMOS DE PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL

O PROGRAMA APRESENTA MECANISMOS DE PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL? Sim

Ouvidoria: A Ouvidoria Geral do Ministério do Trabalho e Emprego é uma ferramenta de toda a sociedade para críticas, sugestões e elogios às ações do MTE, inclusive sobre os programas. Ressalte-se que além de encaminhar as questões formuladas pelos interessados, a Ouvidoria acompanha as respostas.

Audiência Pública: Sempre que necessário ao melhor desenvolvimento dos trabalhos, a SRT tem participado de Audiências Públicas promovidas por outros órgãos ou entidades.

Consulta Pública: A SRT tem colocado propostas em Consulta Pública, além de participar de eventos semelhantes promovidos por outros órgãos ou entidades.

Reunião com grupos de interesse: Um dos mais importantes resultados esperados com esse programa é a participação dos interessados na condução das políticas públicas. Assim, a Secretaria de Relações do Trabalho promove o diálogo social com vistas a facilitar a melhoria das relações do trabalho.

CONTRIBUIÇÕES DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL PARA OS RESULTADOS DO PROGRAMA: Contribuíram na elaboração de anteprojetos de lei de acordo com a necessidade social; na elaboração de planejamentos de capacitação de acordo com a necessidade social; e na incorporação de melhorias no sistema integrado de relações do trabalho a fim de atender a necessidade social.

ECONOMIA SOLIDÁRIA EM DESENVOLVIMENTO

GERENTE DO PROGRAMA

Paul Israel Singer

OBJETIVO

Promover o fortalecimento e a divulgação da economia solidária, mediante políticas integradas, visando a geração de trabalho e renda, a inclusão social e a promoção do desenvolvimento justo e solidário.

PÚBLICO-ALVO

Trabalhadores(as) em risco de desemprego, desempregados e autônomos, cooperativas, empresas autogestionárias, associações, agências de fomento da economia solidária e fóruns municipais e regionais de desenvolvimento.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

QUADRO SÍNTESE DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

Autorizado (LOA + Créditos): R\$ 82.521.999,00	Empenho Liquidado:	R\$ 57.373.494,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	R\$ 57.373.494,00
Previsto não orçamentário R\$ 104.000,00	Realizado não orçamentário R\$ 0,00	

METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
Cadastro de Empreendimentos e Entidades de Apoio para Manutenção e Ampliação do Sistema de Informações em Economia Solidária - SIES - 2A84 (Unidade cadastrada/UNIDADE)	21.569,00	21.569,00	1,00	3.000.000,00	3.000.000,00	1,00
Desenvolvimento e Disseminação de Conhecimentos e Tecnologias Sociais Apropriadas à Economia Solidária - 4827 (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	2,00	2,00	1,00	401.000,00	400.000,00	1,00
Elaboração do Marco	0,00	0,00	-	104.000,00	0,00	0,00

Jurídico da Economia Solidária - 90CU (- /-)						
Estímulo à Institucionalização de Políticas Públicas de Economia Solidária - 8420 (-/-)	0,00	0,00	-	600.000,00	208.107,00	0,35
Fomento a Incubadoras de Empreendimentos Econômicos Solidários - 4850 (Incubadora apoiada/UNIDADE)	47,00	29,00	0,62	2.800.000,00	1.750.000,00	0,63
Fomento às Finanças Solidárias com Base em Bancos Comunitários e Fundos Solidários - 8056 (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	18,00	0,00	0,00	2.412.907,00	510.000,00	0,21
Fomento e Assistência Técnica a Empreendimentos Econômicos Solidários e Redes de Cooperação de Economia Solidária - 4737 (Empreendimento apoiado/UNIDADE)	219,00	0,00	0,00	5.924.130,00	2.612.523,00	0,44
Formação de Formadores(as), Educadores(as) e Gestores Públicos para Atuação em Economia Solidária - 2A85 (PESSOA FORMADA/UNIDADE)	3.000,00	1.175,00	0,39	4.750.000,00	3.218.039,00	0,68
Fundos Rotativos Solidários - 90CM (PESSOA ASSISTIDA/UNIDADE) - Meta Física Não Cumulativa	150.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	0,00	0,00	-	621.273,00	600.657,00	0,97
Implantação de Centros Públicos de Economia Solidária - 8138 (CENTRO IMPLANTADO/UNIDADE)	23,00	0,00	0,00	4.739.781,00	0,00	0,00
Organização Nacional da Comercialização dos Produtos e Serviços de Empreendimentos Econômicos Solidários - 4739 (Empreendimento apoiado/UNIDADE)	2.218,00	0,00	0,00	2.562.908,00	2.312.876,00	0,90
Parcerias para o Combate à Fome e a Erradicação da Pobreza - 90CN	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-

(PESSOA ASSISTIDA/UNIDADE) - Meta Física Não Cumulativa						
Promoção da Inclusão Produtiva - 4963 (PESSOA ATENDIDA/UNIDADE)	27.364,00	0,00	0,00	41.060.000,00	35.973.909,00	0,88
Promoção do Desenvolvimento Local e da Economia Solidária por meio da Atuação de Agentes de Desenvolvimento Solidário - 8078 (PESSOA BENEFICIADA/UNIDADE)	92.500,00	45.000,00	0,49	11.850.000,00	5.600.000,00	0,47
Recuperação de Empresas por Trabalhadores Organizados em Autogestão - 8275 (Empresa recuperada/UNIDADE)	77,00	50,00	0,65	1.800.000,00	1.187.383,00	0,66
Índice médio geral de realização			0,32			0,58

METAS FINANCEIRAS - RAP

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
(RAP 2007) Capacitação de Agentes de Desenvolvimento Solidário - 2A85 (AGENTE CAPACITADO/UNIDADE)	-	-	-	500.000,00	250.500,00	0,50
(RAP 2007) Fomento à Geração de Trabalho e Renda em Atividades de Economia Solidária - 4737 (Empreendimento apoiado/UNIDADE)	-	-	-	14.080.974,00	10.500.000,00	0,75
(RAP 2007) Promoção da Inclusão Produtiva - 4963 (PESSOA BENEFICIADA/UNIDADE)	-	-	-	21.532.993,00	2.930.569,00	0,14
(RAP 2007) Publicidade de Utilidade Pública - 4641 (-/-)	-	-	-	207.000,00	193.676,00	0,94
Índice médio geral de realização			-			0,58

INDICADOR(ES)

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICE DE REFERÊNCIA (LINHA DE BASE)		ÍNDICE APURADO EM 2008		ÍNDICE PREVISTO PARA O FINAL DO PPA (2011)	POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011
	Índice	Data de Apuração	Índice	Data de Apuração		
NÚMERO DE TRABALHADORES INSERIDOS SOCIAL E ECONOMICAMENTE POR MEIO DE EMPREENHIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS - UNIDADE	1250000	31/12/2005	1687496	12/2007	2100000	Média

Fonte: Sistema de Informações de Economia Solidária / MTE

Medidas corretivas necessárias: Em 2007, as atividades de mapeamento da economia solidária iniciadas em 2005 foram ampliadas no âmbito do Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES), a fim de incluir novos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) que ainda não haviam sido incluídos. No entanto, os recursos permitiram às equipes executoras chegar a apenas 52% dos municípios brasileiros. Ainda assim, foi possível nesta segunda etapa identificar mais 6.905 EES. Ao todo, o número de trabalhadores que participam da economia solidária subiu de 1,2 milhão para quase 1,7 milhão de pessoas, o que corresponde a 93% do índice inicialmente previsto. A discrepância, no entanto, pode ser justificada por conta dos limites, já mencionados, para executar o mapeamento da economia solidária na totalidade do território nacional. A leitura do indicador deve considerar estes limites, inclusive orçamentários, e por isso o mapeamento não pode ser considerado um censo da economia solidária. Por outro lado, reforçamos que é o único retrato de âmbito nacional da economia solidária enquanto segmento específico, não captado por outras pesquisas oficiais.

TAXA DE PARTICIPAÇÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO PIB - PORCENTAGEM	0,59	31/12/2005	0,3	12/2007	1	Média
---	------	------------	-----	---------	---	-------

Fonte: Sistema de Informações de Economia Solidária / MTE e IBGE

Medidas corretivas necessárias: O faturamento médio mensal dos EES, segundo os dados de 2007 do Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES), foi de R\$ 653 milhões, o que corresponde a R\$ 7,8 bilhões por ano. Se utilizarmos o valor do PIB 2007 (= R\$ 2,558 trilhões), o percentual do faturamento anual dos EES em relação ao PIB Nacional foi de 0,3%. Vale ressaltar que 6.754 dos EES não declararam faturamento mensal ou declararam faturamento igual a R\$ 0,00, o que contribui para reduzir o indicador em relação ao previsto. Além disso, houve uma alteração na metodologia do IBGE para o cálculo do PIB, que elevou o valor do PIB Nacional.

PERCENTUAL DE TRABALHADORES	76	31/12/2005	41	12/2007	50	Média
--------------------------------	----	------------	----	---------	----	-------

DA ECONOMIA SOLIDÁRIA QUE RECEBEM MENOS DE 1 SALÁRIO MÍNIMO - PERCENTUAL						
---	--	--	--	--	--	--

Fonte: Sistema de Informações de Economia Solidária / MTE

Medidas corretivas necessárias: Este indicador foi prejudicado nos dados do SIES 2005/2007 porque, dos 21.859 Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) mapeados, 8.894 não informaram remuneração. Dos 10.872 EES que informaram remuneração, em 4.117 (19% do total) a remuneração média mensal dos sócios é de até 1/2 salário-mínimo, e em 2.657 (12%) fica entre 1/2 e 1 SM. Somando-se estes aos 2.093 EES que informaram remuneração equivalente a R\$ 0,00, a porcentagem cuja remuneração média mensal vai até 1 SM é de 41% (em relação ao total de 21.859). Se forem considerados apenas os que informaram remuneração, a porcentagem dos EES em que a remuneração é de até 1 SM sobe para 83%. Porém, o número dos que não informaram corresponde a 40,7% do total, o que evidentemente interfere na leitura deste indicador. O formulário do mapeamento 2009, que foi amplamente reestruturado pela Comissão Gestora do SIES entre 2007 e 2008, deverá captar esta realidade com maior precisão, já que levará em conta uma tipologia de EES, até então com foco nos EES que efetuam produção e comercialização de bens, passando a coletar dados específicos para outras formas de atividade econômica coletiva e autogestionária (comercialização, trocas, finanças etc.), com suas particularidades no que se refere ao faturamento e remuneração dos sócios.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Das políticas que visam resolver o problema da falta de trabalho e renda de grande parte da população brasileira, a que vai mais fundo na busca de soluções definitivas, é a de economia solidária. Isto acontece porque a economia solidária constitui um modo de produção alternativo ao capitalismo, em que não há a figura de empregador e nem de empregado. Os trabalhadores associados em cooperativas ou outros tipos de empreendimentos solidários são os proprietários da entidade e ao mesmo tempo os que realizam todas as atividades econômicas que seu funcionamento requer. Os sócios dos empreendimentos os administram coletivamente em auto-gestão, com obediência à regra cada cabeça um voto.

Na economia solidária, ninguém que deseja e precisa trabalhar tem de encontrar quem queira empregá-lo. Basta aderir a um empreendimento solidário, cujas portas devem estar sempre abertas a novos sócios. Para que a economia solidária possa gerar postos de trabalho na medida em que mais pessoas a procurem para trabalhar, a única condição é o acesso a crédito para que os empreendimentos solidários possam adquirir meios de produção para os novos associados. O serviço da dívida assumida poderá ser amortizado com as sobras proporcionadas pelo trabalho dos últimos.

Em 5 anos de existência o Programa Economia Solidária em desenvolvimento avançou na constituição de uma política pública federal

para a economia solidária no Brasil. Entre os principais avanços podemos citar:

- Formação de uma Rede de agentes de desenvolvimento local e economia solidária espalhados por todas unidades da federação.
- A construção de uma estratégia de desenvolvimento local tendo a economia solidária e os empreendimentos econômicos solidários como eixo, a partir da ação de capacitação de agentes de desenvolvimento solidário.
- Apoio direto a mais de um milhão de empreendimentos econômicos solidários, auxiliando na sua consolidação.
- Ampliação do apoio à constituição de políticas públicas de economia solidária, passando de 54 políticas no ano de 2004 para mais de 80 em 2006.
- Articulação de empreendimentos econômicos solidários em cadeias produtivos e arranjos produtivos.
- Abertura de canais de comercialização aos empreendimentos econômicos solidários.
- Implantação do Sistema Nacional de Informação da Economia Solidária.
- Apoio a agências de fomento em economia solidária.
- Desenvolvimento de atividades de formação em economia solidária.

1. PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS EM 2008

PRINCIPAIS RESULTADOS HIERARQUIZADOS:

Mesmo diante de diversos obstáculos, foi possível celebrar a grande maioria dos convênios aprovados nas Chamadas Públicas efetuadas nas diferentes ações do programa, com execução prevista para 2009. Entre as atividades realizadas destacam-se:

1 - conclusão do primeiro Plano Setorial de Qualificação Profissional e Social em Economia Solidária (PlanSeQ Ecosol); e realização dos processos de concertação de redes, seleção de projetos e celebração de convênios para o novo PlanSeQ Ecosol;

2 - realização de cursos de formação de gestores públicos federais para atuação em políticas voltadas à economia solidária (um com servidores do MTE e das Superintendências Regionais, um com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, e dois em parceria com a Escola Nacional de Administração Pública – ENAP);

3 - produção e distribuição de mais de 22 mil kits (incluindo programas de rádio, filmes e documentários, cartilhas, cartazes, folhetos e manuais de formação de formadores) da Campanha Nacional de Divulgação e Mobilização da Economia Solidária;

4 - ampliação no número de Incubadoras Universitárias de Empreendimentos Econômicos Solidários apoiadas pelo Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (PRONINC), ação interministerial coordenada pela SENAES/MTE e executada em parceria

com a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), do Ministério da Ciência e Tecnologia.

OBTENÇÃO DOS RESULTADOS: Muito abaixo do esperado

JUSTIFICATIVA: O ano de 2008 foi particularmente negativo para o Programa Economia Solidária em Desenvolvimento, devido a dificuldades diversas (orçamentárias, articulação institucional, etc.), o que prejudicou a execução de suas ações. Parcerias importantes com outros Ministérios que foram construídas ao longo do ano – como, por exemplo, com o Ministério da Justiça, no âmbito do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI) – não puderam ser concretizadas. Somente no último trimestre do ano, foi possível encaminhar muitos dos instrumentos para execução das ações, o que significa que o exercício de 2009 deverá acumular praticamente o que estava previsto para ser executado em 2008.

2. GRAU DE CONTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS DO PROGRAMA PARA O ALCANCE DO OBJETIVO SETORIAL

Objetivo Setorial Vinculado ao Programa: Expandir a economia solidária como alternativa para o desenvolvimento do País

GRAU DE CONTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS DO PROGRAMA PARA O ALCANCE DO OBJETIVO SETORIAL: Dentro do esperado

JUSTIFICATIVA: Apesar dos problemas de execução acima descritos, muitas ações importantes para a consolidação do programa enquanto uma política estruturada foram encaminhados, a exemplo dos instrumentos descritos na Questão 1. Em 2008, o programa iniciou uma nova fase, tendo sido reorganizado no PPA 2008-2011 para apresentar maior integração entre os eixos de atuação, com o objetivo de fortalecer Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) por meio de I) acesso a capital (apoio à oferta de bens e serviços financeiros), II) acesso a conhecimentos (formação, assistência técnica e pesquisas), e III) acesso a mercados (organização dos processos de produção e canais de comercialização), em atendimento às principais demandas que emergiram na I Conferência Nacional de Economia Solidária em 2006. A economia solidária tem se expandido em todo o país, e as políticas públicas também têm acompanhado este crescimento, seja na esfera federal, a não só pela reestruturação do presente programa como também pela introdução de ações em outros Ministérios, seja nas demais esferas, estando hoje presentes em 14 Governos Estaduais e mais de 200 Governos Municipais. Este quadro indica que, a despeito dos obstáculos, particularmente ao longo de 2008, o programa tem contribuído para a economia solidária, enquanto política pública especificamente voltada para este segmento.

3. COBERTURA DO PÚBLICO ALVO

O público-alvo especifica o(s) segmento(s) da sociedade ao(s) qual(is) o programa se destina e que pode se beneficiar direta e legitimamente com sua execução. A parcela do público-alvo efetivamente coberta pelo Programa é conhecida como "beneficiários".

COBERTURA DO PÚBLICO-ALVO: ABAIXO DO ESPERADO

JUSTIFICATIVA: Conforme informado no Balanço Geral 2003-2008 enviado à Presidência da República, em 2008 a SENAES/MTE atendeu, por meio dos projetos e ações em curso, 56.140 trabalhadores. A isso somam-se as ações que não são passíveis de ser mensuradas com exatidão quanto à cobertura do público-alvo, como as atividades de manutenção e atualização do Sistema de Informações em Economia Solidária, as negociações para elaboração e/ou revisão dos instrumentos de marco legal relativos total ou parcialmente à economia solidária, a articulação para a institucionalização de políticas públicas de economia solidária em estados e municípios, etc.

4. SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

O PROGRAMA AVALIA A SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS? Não

DIFICULDADES PARA AVALIAR A SATISFAÇÃO DO BENEFICIÁRIO: Não existe uma avaliação única estruturada, nem é possível visualizar um tipo específico de avaliação mais voltado à "satisfação", já que se trata de ações como: conjunto estruturado de ações de formação para atuação em economia solidária; organização e apoio a canais de comercialização; apoio a formas de finanças solidárias como bancos comunitários e fundos rotativos, etc. No entanto, no âmbito das diferentes ações, existem diferentes iniciativas em termos de monitoramento ou mesmo avaliação externa, que também levam em conta a avaliação dos beneficiários sobre as ações específicas, como as ações de formação, o projeto de apoio a Feiras de Economia Solidária, ou a ação interministerial conhecida como PRONINC (Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas). Vale ressaltar também os mecanismos de interlocução que a SENAES/MTE mantém com as entidades e organizações da economia solidária em diferentes espaços, contribuindo para um maior retorno destas organizações que são o público alvo da política.

5. DESENHO DO PROGRAMA QUANTO AOS TEMAS TRANSVERSAIS (RAÇA, GÊNERO, PESSOA COM DEFICIÊNCIA E/OU CRIANÇA E JUVENTUDE)

OS TEMAS TRANSVERSAIS ESTÃO CONTEMPLADOS NO ÂMBITO DO PROGRAMA?

Sim

FORMA DE ABORDAGEM DOS TEMAS TRANSVERSAIS:

Raça: Algumas populações e comunidades de matrizes africanas têm sido público-alvo específico de ações do programa, como o projeto Brasil Local, ele próprio originário de um projeto de Etnodesenvolvimento Solidário em 2006, com comunidades quilombolas. Há também um esforço para dimensionar de forma mais específica aspectos relativos a raça/etnia dentro da economia solidária. Após o primeiro mapeamento (iniciado em 2005 e ampliado em 2007), o Sistema de Informações em Economia Solidária, ação mantida no âmbito deste programa, recebeu muitas demandas de reformulação, entre elas, a caracterização dos integrantes dos Empreendimentos Econômicos Solidários com relação a cor/raça predominante e pertencimento a algum povo ou comunidade tradicional (por ex. comunidades quilombolas e comunidades de terreiro). Houve um grande esforço da Comissão Gestora Nacional do SIES entre 2007 e 2008 no sentido de reestruturar o formulário para captar estas

informações para caracterização da situação predominante dos trabalhadores que participam dos EES.

Pessoa com Deficiência: Uma das parcerias mais constantes da SENAES/MTE tem sido com a área de Saúde Mental do Ministério da Saúde, para o apoio e fortalecimento de iniciativas produtivas coletivas junto a grupos de usuários dos serviços de Saúde Mental. No âmbito desta parceria, as pessoas com transtornos mentais se tornaram público-alvo das atividades do novo Plano Setorial de Qualificação em Economia Solidária (PlanSeQ Ecosol), lançado no final de 2008, e o MS também integra a ação interministerial de apoio às Incubadoras de Cooperativas, particularmente no fomento às incubadoras universitárias que incubam grupos produtivos da saúde mental, e a SENAES/MTE também tem participado das atividades específicas realizadas pelo MS.

Gênero: As mulheres têm sido um público-alvo específico em algumas ações do programa, como o projeto Brasil Local já mencionado. Há também um esforço para dimensionar de forma mais específica o universo de mulheres envolvidas na economia solidária. Após o primeiro mapeamento (iniciado em 2005 e ampliado em 2007), o Sistema de Informações em Economia Solidária, ação mantida no âmbito deste programa, recebeu muitas demandas de reformulação, entre elas, que a questão de gênero se tornasse mais visível no formulário aplicado aos Empreendimentos Econômicos Solidários. Houve um grande esforço da Comissão Gestora Nacional do SIES entre 2007 e 2008 no sentido de reestruturar o formulário, a partir das demandas identificadas. Para 2009, há 3 novidades especificamente em relação ao gênero: 1- a inclusão de alguns itens e questões no novo formulário, especificamente relativos ao gênero. 2 - a aplicação de um Complemento Mulheres em todos os EES em que existam mulheres trabalhando – sejam sócias ou não. O Complemento Mulheres foi elaborado em parceria com representantes do Programa de Promoção da Igualdade, Gênero e Raça, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (PPIGRE/MDA). 3 - a previsão de aplicar também um questionário individual, atualmente em elaboração em parceria com o IPEA e a UniSinos. Neste questionário, que será aplicado por amostragem, será possível captar informações de ordem individual que atualmente não podem ser captadas no atual questionário, em que a unidade analítica é o empreendimento.

Criança e Juventude: Uma das principais parceiras da SENAES/MTE nas ações de formação em economia solidária tem sido a área de Educação de Jovens e Adultos do Ministério da Educação, a cargo da SECAD/MEC, particularmente no programa Pró-Jovem Campo/Saberes da Terra e em outros projetos de EJA junto a trabalhadores da economia solidária, alguns deles envolvendo especificamente jovens, como o projeto Escola de Fábrica, do MEC, realizado em alguns empreendimentos de economia solidária, como a Cooperativa Catende.

COMENTÁRIOS ADICIONAIS: Os formulários e guias (incluindo o Complemento Mulheres) estão disponíveis na página do SIES: www.sies.mte.gov.br

6. MECANISMOS DE PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL

O PROGRAMA APRESENTA MECANISMOS DE PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL? Sim

Reunião com grupos de interesse: Grupos de Trabalho, integrados por representantes de governo e da sociedade civil envolvidos em temas específicos relativos às ações do Programas:

- GT Mapeamento (foi transformado em Comissão Gestora Nacional do Sistema de Informações em Economia Solidária - SIES, a partir da Portaria 30/2006 que criou o SIES)
- GT Comércio Justo e Solidário (consolidou a proposta de normativa para instituição do Sistema Nacional de Comércio;
- GT Formação e Assistência Técnica (estabeleceu as diretrizes para a política estruturada de formação e assistência técnica em economia solidária que se consolidou com as chamadas públicas para implantação dos Centros de Formação em Economia Solidária - CFES e dos Núcleos Estaduais de Assistência Técnica - NEATES).
- GT Comunicação (acompanhou a criação, produção e disseminação do material da Campanha Nacional de Divulgação e Mobilização da Economia Solidária, "Outra Economia Acontece"; em 2008, foram produzidos 22 mil kits da Campanha)

Discussão em Conselho Setorial: O Conselho Nacional de Economia Solidária - previsto na lei que criou a Secretaria e instalado em novembro de 2006 -, constitui um espaço institucionalizado de interlocução entre governo e sociedade civil no que tange a formulação e execução de políticas públicas de economia solidária. É composto por membros do Governo Federal, fóruns ou redes de gestores estaduais ou municipais, entidades de apoio e fomento à economia solidária e empreendimentos econômicos solidários indicados pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária - FBES. Além da Plenária (instância máxima) e do Comitê Permanente (instância executiva), o CNES estabeleceu cinco Comitês Temáticos: Comercialização, Redes e Cadeias de Produção e Consumo; Crédito e Finanças Solidárias; Formação e Assistência Técnica; Institucionalidade da Política Nacional; e Marco Jurídico.

CONTRIBUIÇÕES DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL PARA OS RESULTADOS DO PROGRAMA: A participação social é uma dimensão estruturante das políticas públicas de economia solidária, indissociável do próprio conteúdo que estas políticas se propõem: o desenvolvimento de práticas democráticas, solidárias e autogestionárias. No caso da política nacional, a participação social ocorre desde a própria gênese em 2003, como fruto das demandas do movimento de economia solidária ao Presidente recém-eleito, e se concretiza no desenho da política a partir da Plataforma da Economia Solidária (aprovada na III Plenária do movimento, em junho de 2003) e nos espaços de interlocução como os GTs, com sua progressiva institucionalização em 2006, com a I Conferência Nacional da Economia Solidária e o Conselho Nacional de Economia Solidária. Apesar de ainda ser necessário aperfeiçoar os mecanismos convencionais do Estado brasileiro, a relação entre a SENAES/MTE e as organizações da economia

solidária tem buscado superar estas lacunas, inclusive com a institucionalização destes espaços de participação (a exemplo da Comissão Gestora Nacional do SIES, instituída pela Portaria Ministerial 30/2006, e do Conselho Nacional de Economia Solidária, previsto na Lei 10.683/2003 e Decreto 4.764/2003).

ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO

GERENTE DO PROGRAMA

Ruth Beatriz de Vasconcelos Vilela

OBJETIVO

Erradicar a prática de exploração do trabalho escravo.

PÚBLICO-ALVO

Trabalhadores submetidos à condição análoga à de escravos.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

QUADRO SÍNTESE DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

Autorizado (LOA + Créditos): R\$ 14.310.903,00	Empenho Liquidado:	R\$ 11.375.085,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	R\$ 11.375.085,00
Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário	
-	-	

METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
Assistência Emergencial a Trabalhadores Vítimas de Trabalho Escravo - 6461 (TRABALHADOR ASSISTIDO/UNIDADE)	600,00	588,00	0,98	300.000,00	58.428,00	0,19
Fiscalização para Erradicação do Trabalho Escravo - 2629 (fiscalização realizada/UNIDADE)	150,00	154,00	1,03	5.600.000,00	4.424.132,00	0,79
Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	0,00	0,00	-	100.000,00	100.000,00	1,00
Implantação de Vara do Trabalho Itinerante no Estado de Mato Grosso - MT - 103W (Vara do Trabalho Itinerante instalada/UNIDADE)	2,00	0,00	0,00	385.000,00	384.920,00	1,00
Pagamento do Seguro-Desemprego ao Trabalhador Resgatado de Condição Análoga à de Escravo - 0686	2.104,00	3.699,00	1,76	7.671.903,00	6.153.605,00	0,80

(TRABALHADOR BENEFICIADO/UNIDADE) - Meta Física Não Cumulativa						
Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo - 90FE (Ação implementada/UNIDADE)	5,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Publicidade de Utilidade Pública - 4641 (-/-)	0,00	0,00	-	254.000,00	254.000,00	1,00
Índice médio geral de realização			0,75			0,80

METAS FINANCEIRAS - RAP

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
(RAP 2007) Fiscalização para Erradicação do Trabalho Escravo - 2629 (fiscalização realizada/UNIDADE)	-	-	-	-533.312,00	348.323,00	0,65
(RAP 2007) Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	-	-	-	378,00	0,00	0,00
(RAP 2007) Implantação de Vara do Trabalho Itinerante no Maranhão - MA - 103V (Vara do Trabalho Itinerante instalada/UNIDADE)	-	-	-	-407.000,00	407.000,00	1,00
(RAP 2007) Implantação de Vara do Trabalho Itinerante no Mato Grosso - MT - 103W (Vara do Trabalho Itinerante instalada/UNIDADE)	-	-	-	-42.071,00	42.071,00	1,00
(RAP 2007) Implantação de Vara do Trabalho Itinerante nos Estados do Amazonas e Roraima - 11D4 (Vara do Trabalho Itinerante instalada/UNIDADE)	-	-	-	-130.510,00	127.990,00	0,98
(RAP 2007) Pagamento do Seguro-Desemprego ao Trabalhador Resgatado de Condição Análoga à de Escravo - 0686 (TRABALHADOR BENEFICIADO/UNIDADE) - Meta Física Não Cumulativa	-	-	-	-18.030,00	18.030,00	1,00
(RAP 2007) Publicidade	-	-	-	-254.000,00	217.721,00	0,86

de Utilidade Pública - 4641 (-/-)						
Índice médio geral de realização				-		0,78

INDICADOR(ES)

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICE DE REFERÊNCIA (LINHA DE BASE)		ÍNDICE APURADO EM 2008		ÍNDICE PREVISTO PARA O FINAL DO PPA (2011)	POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011
	Índice	Data de Apuração	Índice	Data de Apuração		
NÚMERO DE TRABALHADORES LIBERTADOS - UNIDADE	1741	09/08/2006	5016	04/2009	2000	Alta

Fonte: SIT/MTE

Medidas corretivas necessárias:

CONTEXTUALIZAÇÃO

A existência de práticas de exploração de trabalho escravo persistem no país, notadamente na região amazônica, atingindo milhares de trabalhadores, o que aponta para a imediata necessidade de implementação de programa destinado a erradicar tal prática. Após experiências acumuladas durante os anos recentes de combate a essa forma de exploração do trabalho, vislumbra-se a possibilidade de, em conjunto com outras instituições governamentais, desencadear um conjunto de ações que permitam a definitiva erradicação dessa perversa forma de exploração do trabalho humano.

1. PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS EM 2008**PRINCIPAIS RESULTADOS HIERARQUIZADOS:**

Com o intuito de atingir os objetivos do programa "erradicação do trabalho escravo", em 2008, 154 operações fiscais foram realizadas pelas equipes do grupo especial de fiscalização móvel nacional e pelas Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego. Nessas ações, 5.016 trabalhadores foram resgatados de condições análogas à de escravos; houve a concessão do benefício seguro-desemprego para 3.699 trabalhadores resgatados; foram pagos R\$ 8.998.420,87 em indenizações e verbas rescisórias. No total, 301 propriedades rurais foram fiscalizadas. Cabe observar que estes dois últimos dados foram atualizados no mês de março de 2009, com informações provenientes das Superintendências.

OBTENÇÃO DOS RESULTADOS: Acima do esperado

JUSTIFICATIVA: Dentre as ações realizadas em 2008, cabe citar: a realização de treinamentos e capacitações dos auditores-fiscais dos

grupos de fiscalização rural das SRTE; a aquisição de equipamentos e novas viaturas para o aparelhamento destes grupos; a criação de duas novas equipes no grupo especial de fiscalização móvel nacional; o incremento da equipe gerencial da Divisão de Fiscalização para Erradicação do Trabalho Escravo, que conta com três auditores-fiscais, em atividade exclusiva na Secretaria; e a articulação de ações entre Polícia Federal, Ministério Público do Trabalho e MTE, para a realização das operações fiscais.

2. GRAU DE CONTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS DO PROGRAMA PARA O ALCANCE DO OBJETIVO SETORIAL

Objetivo Setorial Vinculado ao Programa: Reduzir a precarização das relações de trabalho

GRAU DE CONTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS DO PROGRAMA PARA O ALCANCE DO OBJETIVO SETORIAL: Acima do esperado

JUSTIFICATIVA: A exploração do trabalho em condição análoga à de escravo consiste em uma das piores formas de trabalho da atualidade. Representa a precarização máxima das relações de trabalho contemporâneas e, neste sentido, o programa erradicação do trabalho escravo possui um alto grau de contribuição para o alcance do objetivo setorial estabelecido. Ainda que as ações fiscais não sejam em grande número e não alcancem todas as regiões carentes do país, a política de combate às formas mais primitivas de exploração de mão de obra, promovendo o trabalho decente, beneficia a todos os trabalhadores e garante a preservação dos direitos humanos.

3. COBERTURA DO PÚBLICO ALVO

O público-alvo especifica o(s) segmento(s) da sociedade ao(s) qual(is) o programa se destina e que pode se beneficiar direta e legitimamente com sua execução. A parcela do público-alvo efetivamente coberta pelo Programa é conhecida como "beneficiários".

COBERTURA DO PÚBLICO-ALVO: ACIMA DO ESPERADO

JUSTIFICATIVA: Não existe um mecanismo de apuração da cobertura do público-alvo do programa. No entanto, as denúncias recebidas pela DETRAE e consideradas consistentes, foram atendidas na sua totalidade. Este resultado advém de esforços para a organização de maior número de operações fiscais, que acarretaram um grande número de trabalhadores resgatados e beneficiados com as ações da auditoria-fiscal.

4. SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

O PROGRAMA AVALIA A SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS? Não

DIFICULDADES PARA AVALIAR A SATISFAÇÃO DO BENEFICIÁRIO: Apesar de não existir avaliação ou pesquisa de satisfação formal sistematizada pressupõe-se a satisfação dos beneficiários dado o êxito das operações fiscais, que os retiram de condições de trabalho absolutamente precárias, e aos demais benefícios proporcionados através das Ações de Assistência Emergencial a Trabalhadores Vítimas do Trabalho Escravo e do Pagamento do Seguro-Desemprego ao Trabalhador Resgatado de Condição Análoga à de Escravo.

5. DESENHO DO PROGRAMA QUANTO AOS TEMAS TRANVERSAIS (RAÇA, GÊNERO, PESSOA COM DEFICIÊNCIA E/OU CRIANÇA E JUVENTUDE)

OS TEMAS TRANVERSAIS ESTÃO CONTEMPLADOS NO ÂMBITO DO PROGRAMA?

Não

6. MECANISMOS DE PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL

O PROGRAMA APRESENTA MECANISMOS DE PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL? Sim

Reunião com grupos de interesse: A Secretaria de Inspeção do Trabalho participa como membro da Comissão Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo- CONATRAE, ente interinstitucional, que conta com a participação de entidades governamentais (PF, PRF, PGR, PGT, AGU, dentre outros), organismos internacionais (OIT) e entidades da sociedade civil (ONG Repórter Brasil, Comissão Pastoral da Terra, dentre outros). Isto possibilita a participação de diversos grupos na elaboração do planejamento das ações fiscais para erradicação do trabalho escravo e na escolha de áreas prioritárias de atuação das equipes.

CONTRIBUIÇÕES DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL PARA OS RESULTADOS DO PROGRAMA: Auxílio na revisão dos critérios para triagem e atendimento de denúncias; sugestões para a elaboração do planejamento das ações fiscais e determinação de atividades prioritárias, dentre outros.

GESTÃO DA POLÍTICA DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA**GERENTE DO PROGRAMA**

ANDRÉ PEIXOTO FIGUEIREDO LIMA

OBJETIVO

Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área do trabalho, emprego e renda

PÚBLICO-ALVO

Governo

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

QUADRO SÍNTESE DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

Autorizado (LOA + Créditos): R\$ 217.508.951,00	Empenho Liquidado:	R\$ 189.168.011,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	R\$ 189.168.011,00
Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário	
-	-	

METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
Agenda Nacional de Trabalho Decente - 2C45 (-/-)	0,00	0,00	-	200.000,00	0,00	0,00
Apoio à Implementação de Políticas na Área do Trabalho - 2619 (-/-)	0,00	0,00	-	107.753.349,00	95.984.231,00	0,89
Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - 4572 (SERVIDOR CAPACITADO/UNIDADE)	695,00	3.159,00	4,55	550.000,00	399.914,00	0,73
Centro de Referência do Trabalho no Brasil - 8885 (Centro de referência mantido/UNIDADE) - Meta Física Não Cumulativa	1,00	1,00	1,00	2.000.000,00	1.612.456,00	0,81
Coordenação e	0,00	0,00	-	200.000,00	81.675,00	0,41

Manutenção do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT - 2631 (-/-)						
Formulação, Articulação e Execução da Política Laboral de Imigração e Emigração - 2599 (-/-)	0,00	0,00	-	1.000.000,00	480.692,00	0,48
Funcionamento das Unidades Regionais - 4815 (-/-)	0,00	0,00	-	6.959.600,00	4.905.567,00	0,70
Funcionamento das Unidades Regionais - 4815 (UNIDADE APOIADA/UNIDADE) - Meta Física Não Cumulativa	82,00	82,00	1,00	88.728.002,00	81.032.437,00	0,91
Funcionamento do Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS - 4750 (-/-)	0,00	0,00	-	58.000,00	0,00	0,00
Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	0,00	0,00	-	5.200.000,00	2.123.861,00	0,41
Observatório do Mercado de Trabalho - 8093 (Relatório de pesquisa realizado/UNIDADE)	21,00	0,00	0,00	700.000,00	0,00	0,00
Ouvidoria-Geral e Serviços Interativos de Atendimento ao Cidadão-Usuário do Ministério do Trabalho e Emprego - 8073 (usuário atendido/UNIDADE)	271.731,00	758.868,00	2,79	4.160.000,00	2.547.178,00	0,61
Índice médio geral de realização			1,87			0,50

METAS FINANCEIRAS - RAP

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
(RAP 2007) Apoio à Implementação de Políticas na Área do Trabalho - 2619 (-/-)	-	-	-	4.882.371,00	3.602.958,00	0,74
(RAP 2007) Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - 4572 (SERVIDOR CAPACITADO/UNIDADE)	-	-	-	17.452,00	9.801,00	0,56
(RAP 2007) Coordenação	-	-	-	122,00	0,00	0,00

e Manutenção do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT - 2631 (-/-)						
(RAP 2007) Funcionamento das Unidades Regionais - 4815 (UNIDADE APOIADA/UNIDADE) - Meta Física Não Cumulativa	-	-	-	- 2.691.961,00	2.364.310,00	0,88
(RAP 2007) Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	-	-	-	- 2.354.408,00	2.151.541,00	0,91
(RAP 2007) Ouvidoria-Geral e Serviços Interativos de Atendimento ao Cidadão-Usuário do Ministério do Trabalho e Emprego - 8073 (usuário atendido/UNIDADE)	-	-	-	391.937,00	244.041,00	0,62
Índice médio geral de realização				-		0,62

CONTEXTUALIZAÇÃO

O momento atual requer nova forma de atuação do Estado, em que as atividades de planejamento, coordenação e gestão das ações governamentais assumem especial relevância na formulação, avaliação, reordenamento e controle dos programas finalísticos.

1. PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS EM 2008

PRINCIPAIS RESULTADOS HIERARQUIZADOS:

1. Realização do concurso público para substituição integral dos terceirizados em desacordo com o Decreto nr. 2271, de 7 de julho de 1997.
2. Aquisição de uma sala cofre para abrigar os equipamentos tecnológicos do MTE.
3. Reforma de várias unidades descentralizadas.
4. Lançamento da nova carteira de trabalho.
5. Início da reforma do edifício do SIA que abrigará o Centro de Referência do Trabalho no Brasil.
6. Ampliação do volume de atendimentos da Ouvidoria.

OBTENÇÃO DOS RESULTADOS: Dentro do esperado

JUSTIFICATIVA: 1. O concurso público para 1.822 servidores permitirá o MTE substituir integralmente, em 2009, a mão-de-obra terceirizada irregular e tornar mais profissional o quadro de funcionários do Ministério.
2. Com a sala cofre será possível tornar os sistemas e o atendimento muito mais seguros e confiáveis.

3. A reforma das unidades descentralizadas dará mais conforto para população, bem como um local de trabalho digno para os servidores.
4. Mapeamento dos processos de serviços, o que permitiu maiores ganhos de escala.

2. GRAU DE CONTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS DO PROGRAMA PARA O ALCANCE DO OBJETIVO SETORIAL

Objetivo Setorial Vinculado ao Programa: Implementar um Sistema Público de Emprego para a promoção de políticas universais de emprego, trabalho e renda

GRAU DE CONTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS DO PROGRAMA PARA O ALCANCE DO OBJETIVO SETORIAL: Dentro do esperado

JUSTIFICATIVA: Com a substituição da mão-de-obra terceirizada, o MTE passará a ter um quadro técnico permanente dotado de elo mais sólido com o Ministério. Com isso, torna-se mais viável o planejamento e a execução de políticas públicas a longo prazo e, também, possibilita a geração e manutenção do conhecimento acerca dos processos e ações relacionados à pasta. Outro ponto diz respeito à sala cofre, que permitirá maior segurança na manutenção e troca de informações. Além disso, outras modificações ocorridas na estrutura de TI possibilitarão um desenvolvimento mais rápido de sistemas internos de gestão, o que acarretará em melhorias no processo de análise e de tomada de decisão, bem como de atendimento ao cidadão. Por fim, mediante a reforma das unidades descentralizadas, os servidores terão um ambiente de trabalho mais saudável para o desempenho de suas atividades, e a população encontrará mais conforto e melhor organização para encaminhar suas demandas.

3. COBERTURA DO PÚBLICO ALVO

O público-alvo especifica o(s) segmento(s) da sociedade ao(s) qual(is) o programa se destina e que pode se beneficiar direta e legitimamente com sua execução. A parcela do público-alvo efetivamente coberta pelo Programa é conhecida como "beneficiários".

COBERTURA DO PÚBLICO-ALVO: ACIMA DO ESPERADO

JUSTIFICATIVA: O programa visa proporcionar o bom funcionamento da estrutura do MTE, apoiando as áreas finalísticas na prestação de serviços ao trabalhador e promovendo uma resposta rápida às demandas do cidadão no que diz respeito às ações de imigração e da ouvidoria.

4. SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

O PROGRAMA AVALIA A SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS? Não

DIFICULDADES PARA AVALIAR A SATISFAÇÃO DO BENEFICIÁRIO: Como a maioria das ações constantes no Programa 0106 possui um caráter de apoio administrativo, é difícil avaliar a satisfação do usuário. Somente a Ouvidoria realiza avaliação com os beneficiários.

5. DESENHO DO PROGRAMA QUANTO AOS TEMAS TRANSVERSAIS (RAÇA, GÊNERO, PESSOA COM DEFICIÊNCIA E/OU CRIANÇA E JUVENTUDE)

OS TEMAS TRANSVERSAIS ESTÃO CONTEMPLADOS NO ÂMBITO DO PROGRAMA?

Sim

FORMA DE ABORDAGEM DOS TEMAS TRANSVERSAIS:

Existe no Ministério uma Comissão encarregada de tratar dos temas relacionados à Raça, Pessoa com Deficiência e Gênero, tendo uma Coordenação na Secretaria Executiva e ramificações em todos os Estados.

6. MECANISMOS DE PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL

O PROGRAMA APRESENTA MECANISMOS DE PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL? Sim

Consulta Pública: Política de aprendizagem é elaborada com Consulta Pública.

Reunião com grupos de interesse: Existem fóruns para tratar dos assuntos, podemos citar como exemplo a Comissão de Raça e Gênero.

CONTRIBUIÇÕES DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL PARA OS RESULTADOS DO PROGRAMA: A principal delas foi a proposta de Regulamentação da Aprendizagem que foi resultado do Primeiro Fórum de Aprendizagem organizado pelo MTE.

INTEGRAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EMPREGO, TRABALHO E RENDA

GERENTE DO PROGRAMA

EZEQUIEL SOUSA DO NASCIMENTO

OBJETIVO

Elevar o número de trabalhadores colocados no mercado de trabalho por meio da consolidação do Sistema Público de Emprego, reduzir o tempo de espera do trabalhador por um posto de trabalho adequado a suas habilidades e mitigar o custo social do desemprego.

PÚBLICO-ALVO

Trabalhador formal dispensado do sistema produtivo ou com contrato de trabalho suspenso, aqueles a procura de postos de trabalho e empregados privados e públicos atendidos pelo abono salarial.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

QUADRO SÍNTESE DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

Autorizado (LOA + Créditos): R\$ 20.970.290.429,00	Empenho	R\$ 20.532.242.941,00
	Liquidado:	
	Pago Estatais:	-
	Total:	R\$ 20.532.242.941,00
Previsto não orçamentário		Realizado não orçamentário
-		-

METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
Bolsa de Qualificação Profissional para Trabalhador com Contrato de Trabalho Suspenso - 0217 (TRABALHADOR BENEFICIADO/UNIDADE) - Meta Física Não Cumulativa	2.928,00	7.477,00	2,55	4.202.468,00	4.202.469,00	1,00
Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED - 2624 (Admissão/desligamento processado/UNIDADE)	26.000.000,00	31.866.458,00	1,23	17.169.851,00	16.570.154,00	0,97

Classificação Brasileira de Ocupações - CBO - 4245 (Família ocupacional atualizada/UNIDADE)	10,00	12,00	1,20	2.928.273,00	907.739,00	0,31
Coordenação Técnico-Administrativa do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - CODEFAT - 2C43 (-/-)	0,00	0,00	-	910.000,00	81.007,00	0,09
Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	0,00	0,00	-	4.285.800,00	1.878.342,00	0,44
Habilitação do Trabalhador ao Seguro-Desemprego - 2633 (TRABALHADOR HABILITADO/UNIDADE)	4.283.780,00	3.459.427,00	0,81	35.798.578,00	32.380.794,00	0,90
Identificação da População por meio da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS - 2553 (Carteira de trabalho emitida/UNIDADE)	7.020.092,00	5.827.443,00	0,83	17.240.025,00	16.173.639,00	0,94
Orientação Profissional e Intermediação de Mão-de-Obra - 2550 (TRABALHADOR COLOCADO/UNIDADE)	1.030.047,00	1.062.963,00	1,03	107.395.734,00	101.317.881,00	0,94
Pagamento do Benefício Abono Salarial - 0581 (TRABALHADOR BENEFICIADO/UNIDADE) - Meta Física Não Cumulativa	13.760.154,00	14.851.969,00	1,08	6.190.765.875,00	5.975.342.256,00	0,97
Pagamento do Seguro-Desemprego - 0583 (TRABALHADOR BENEFICIADO/UNIDADE) - Meta Física Não Cumulativa	5.634.066,00	6.068.552,00	1,08	14.351.600.022,00	14.152.621.735,00	0,99
Pagamento do Seguro-Desemprego ao Trabalhador Doméstico - 0653 (TRABALHADOR BENEFICIADO/UNIDADE) - Meta Física Não Cumulativa	16.401,00	10.977,00	0,67	15.664.448,00	15.131.410,00	0,97
Pesquisas sobre Emprego e Desemprego - PED - 4812 (PESQUISA DIVULGADA/UNIDADE)	117,00	84,00	0,72	8.800.000,00	8.505.575,00	0,97
Publicidade de Utilidade Pública - 4641 (-/-)	0,00	0,00	-	601.000,00	601.000,00	1,00
Relação Anual de Informações Sociais - RAIS - 2621 (-/-)	43.520.000,00	58.586.769,00	1,35	12.483.179,00	11.997.941,00	0,96

Relação Anual de Informações Sociais - RAIS - 2621 (Vínculo empregatício processado/UNIDADE)	43.520.000,00	58.586.769,00	1,35	12.483.179,00	11.997.941,00	0,96
Remuneração de Agentes Financeiros Pagadores e Operadores do Seguro-Desemprego e do Abono Salarial - 8884 (Benefício pago /UNIDADE)	32.501.112,00	43.182.671,00	1,33	100.128.895,00	100.128.893,00	1,00
Remuneração de Agentes Operadores do Benefício do Abono Salarial - 4783 (-/-)	14.552.901,00	14.851.969,00	1,02	2.659.017,00	2.659.017,00	1,00
Remuneração de Agentes Operadores do Benefício do Abono Salarial - 4783 (Benefício processado /UNIDADE)	14.552.901,00	14.851.969,00	1,02	2.659.017,00	2.659.017,00	1,00
Remuneração de Agentes Operadores do Seguro-Desemprego - 4784 (-/-)	12.611.076,00	28.330.702,00	2,25	74.970.352,00	69.302.168,00	0,92
Remuneração de Agentes Operadores do Seguro-Desemprego - 4784 (Benefício processado /UNIDADE)	12.611.076,00	28.330.702,00	2,25	74.970.352,00	69.302.168,00	0,92
Sistema de Integração das Ações de Qualificação Profissional com a Intermediação do Emprego e Seguro-Desemprego - SIGAE - 4741 (Sistema Implantado /UNIDADE)	1,00	1,00	1,00	22.686.912,00	22.440.921,00	0,99
Índice médio geral de realização			1,26			0,87

METAS FINANCEIRAS - RAP

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
(RAP 2007) Bolsa de Qualificação Profissional para Trabalhador com Contrato de Trabalho Suspenso - 0217 (TRABALHADOR BENEFICIADO/UNIDADE)	-	-	-	22.251,00	22.251,00	1,00
(RAP 2007) Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED - 2624 (Admissões/Desligamentos)	-	-	-	1.353.522,00	230.862,00	0,17

Processados/UNIDADE)						
(RAP 2007) Classificação Brasileira de Ocupações - CBO - 4245 (famílias ocupacionais atualizadas/UNIDADE)	-	-	-	418.569,00	408.692,00	0,98
(RAP 2007) Coordenação Técnico-Administrativa do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - CODEFAT - 2C43 (-/-)	-	-	-	4.147,00	3.983,00	0,96
(RAP 2007) Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	-	-	-	1.218,00	1.199,00	0,98
(RAP 2007) Habilitação do Trabalhador ao Seguro-Desemprego - 2633 (TRABALHADOR HABILITADO/UNIDADE)	-	-	-	176.645,00	176.473,00	1,00
(RAP 2007) Identificação da População por meio da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS - 2553 (Carteira de trabalho emitida/UNIDADE)	-	-	-	1.698.382,00	1.653.867,00	0,97
(RAP 2007) Orientação Profissional e Intermediação de Mão-de-Obra - 2550 (TRABALHADOR COLOCADO/UNIDADE)	-	-	-	2.609.749,00	1.723.440,00	0,66
(RAP 2007) Pagamento do Seguro-Desemprego - 0583 (TRABALHADOR BENEFICIADO/UNIDADE)	-	-	-	93.737.754,00	93.737.754,00	1,00
(RAP 2007) Pagamento do Seguro-Desemprego ao Trabalhador Doméstico - 0653 (TRABALHADOR DOMÉSTICO BENEFICIADO/UNIDADE) - Meta Física Não Cumulativa	-	-	-	210.520,00	210.520,00	1,00
(RAP 2007) Pesquisas sobre Emprego e Desemprego - PED - 4812 (PESQUISA DIVULGADA/UNIDADE)	-	-	-	1.505.574,00	1.505.574,00	1,00
(RAP 2007) Publicidade de Utilidade Pública - 4641 (-/-)	-	-	-	288.220,00	251.182,00	0,87
(RAP 2007) Relação Anual de Informações Sociais - RAIS - 2621 (Vínculo Empregatício Processado/UNIDADE)	-	-	-	26.506,00	104,00	0,00
(RAP 2007) Remuneração dos Agentes Pagadores e Operacionalização do	-	-	-	1.955.015,00	435.288,00	0,22

Seguro-Desemprego - 4784 (-/-)						
(RAP 2007) Remuneração dos Agentes Pagadores e Operacionalização do Seguro-Desemprego - 4784 (Benefício pago/processado/UNIDADE)	-	-	-	1.955.015,00	435.288,00	0,22
(RAP 2007) Remuneração dos Agentes Pagadores e Operadores do Benefício Abono Salarial - 4783 (-/-)	-	-	-	340.000,00	49.231,00	0,14
(RAP 2007) Remuneração dos Agentes Pagadores e Operadores do Benefício Abono Salarial - 4783 (Benefício pago /UNIDADE)	-	-	-	340.000,00	49.231,00	0,14
(RAP 2007) Sistema de Integração das Ações de Qualificação Profissional com a Intermediação do Emprego e Seguro-Desemprego - SIGAE - 4741 (Sistema Implantado /UNIDADE)	-	-	-	135.687,00	100.571,00	0,74
Índice médio geral de realização				-		0,67

INDICADOR(ES)

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICE DE REFERÊNCIA (LINHA DE BASE)		ÍNDICE APURADO EM 2008		ÍNDICE PREVISTO PARA O FINAL DO PPA (2011)	POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011
	Índice	Data de Apuração	Índice	Data de Apuração		
TAXA DE COBERTURA DO SISTEMA PÚBLICO DE EMPREGO, TRABALHO E RENDA NA (RE)INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO FORMAL - PERCENTAGEM	7	02/01/2006	6,41	01/2009	7,42	Média

Fonte: CAGED/SPPE/MTE

Medidas corretivas necessárias: O indicador é obtido pela comparação entre o número de trabalhadores (re)colocados no mercado de trabalho por meio das unidades de atendimento do SINE e o número de trabalhadores admitidos no mercado de trabalho formal segundo registros do CAGED. Assim, um aumento no índice depende de um crescimento da capacidade de colocação do SINE maior que crescimento do mercado de trabalho formal. Em 2008, apesar de um aumento de 8,88% das colocações no âmbito do SINE,

houve queda do índice, explicada por um crescimento ainda mais expressivo do emprego no mercado de trabalho formal – um saldo positivo de mais de 1,45 milhão de empregos, segundo o CAGED. Ou seja, o crescimento do SINE não foi capaz de acompanhar o crescimento do mercado de trabalho. Levando em conta que nem todas as vagas que surgem no mercado de trabalho são disponibilizadas ao SINE, e que as vagas que são captadas pelo Sistema não lhe são exclusivas, algumas medidas corretivas podem ser importantes como: o incremento do volume de recursos disponíveis para a manutenção e expansão do SINE, inclusive para investimento, notadamente nas ações de Orientação Profissional e Intermediação de Mão-de-obra e de Habilitação do Trabalhador ao Seguro-desemprego; a criação de novos canais para disponibilização de vagas pelos empregadores; o aprimoramento das ferramentas à disposição dos operadores da intermediação de mão-de-obra, de forma a tornar mais rápido e efetivo o processo de cruzamento entre oferta e demanda por mão-de-obra; e o aumento dos recursos para as ações de qualificação e certificação profissional, de modo a aproximar o perfil do trabalhador que recorre ao SINE àquele requerido pelo empregador. A baixa disponibilidade orçamentário-financeira aponta para média possibilidade de alcance do índice previsto ao final do PPA.

TAXA DE CAPTAÇÃO DE VAGAS - PERCENTAGEM	14	02/01/2006	15,16	01/2009	14,28	Alta
--	----	------------	-------	---------	-------	------

Fonte: CAGED/SPPE/MTE

Medidas corretivas necessárias: A taxa de captação de vagas do SINE cresceu consideravelmente em 2008, impulsionada pelos resultados da economia como um todo, tendo superado o índice previsto ao final do PPA. Entretanto, vale ressaltar que o comportamento do indicador é fortemente sensível à disposição das empresas em contratar. Com a crise econômica mundial, iniciada em 2008 e aprofundada no princípio de 2009, a expectativa é de queda no índice em 2009, e eventual recuperação à medida que os resultados da economia como um todo se gridam.

TAXA DE APROVEITAMENTO DE VAGAS - PERCENTAGEM	50	02/01/2006	42	01/2009	52,03	Média
--	----	------------	----	---------	-------	-------

Fonte: SINE

Medidas corretivas necessárias: Influenciado pelo crescimento da economia e da formalização em 2008, aumentou o número de vagas disponibilizadas ao SINE para preenchimento; porém, a capacidade do Sistema em preenchê-las caiu. Esse comportamento revela a necessidade de uma melhor administração da ação de intermediação de mão-de-obra, mas principalmente aponta para o problema de descasamento entre o perfil do trabalhador que recorre ao SINE e aquele requerido pelo empregador, devido à baixa qualificação profissional. Algumas medidas que poderiam ter efeitos positivos sobre o comportamento do indicador são: o aprimoramento das ferramentas à disposição dos operadores da intermediação de mão-de-obra, de forma a tornar mais rápido e efetivo o processo de cruzamento entre oferta e demanda por mão-de-obra; o treinamento e reciclagem de operadores do SINE; e a criação de instrumentos de competição construtiva entre os executores do SINE. Porém, os efeitos de tais medidas certamente serão

marginais se não se alterar o quadro de descasamento ente oferta e demanda. As principais medidas corretivas para esse problema ao alcance do Ministério do Trabalho e Emprego dependem do aumento dos recursos para as ações de qualificação e certificação profissional, de modo a aproximar o perfil do trabalhador que recorre ao SINE àquele requerido pelo empregador. Tendo em vista a baixa disponibilidade orçamentário-financeira em 2009 tendo em vista o contexto de crise econômica, combinado com o fato de que ações de qualificação e certificação profissional tenderão a ter resultados apenas no médio e longo prazo, avalia-se como baixa a possibilidade de alcance do índice previsto ao final do PPA.

TAXA DE COBERTURA DO ABONO SALARIAL - %	94,09	01/01/2007	96,33	01/2009	98	Média
--	-------	------------	-------	---------	----	-------

Fonte: CGSAP/DES/SPPE/MTE

Medidas corretivas necessárias: Esse indicador é calculado pela relação entre o número de trabalhadores que receberam o Abono Salarial e o número de trabalhadores identificados com direito ao benefício. Apesar de o índice em 2008 representar 57% do crescimento esperado ao longo de todo o PPA, o valor de 96,33 representa queda de 0,22 em relação à cobertura do abono salarial em 2007. A probabilidade de atingimento do índice previsto ao final do PPA, de 98, é considerada média. A medida corretiva necessária é um maior investimento na divulgação do calendário de pagamento.

TAXA DE COBERTURA DO SEGURO DESEMPREGO - %	62,77	01/01/2007	74,25	01/2009	63,1	Alta
---	-------	------------	-------	---------	------	------

Fonte: CGSAP/DES/SPPE/MTE

Medidas corretivas necessárias:

CONTEXTUALIZAÇÃO

No Brasil as ações voltadas para a (re)inserção do trabalhador no mundo do trabalho são realizadas tanto por instituições públicas quanto por instituições privadas. Entretanto, o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda é o único instrumento gratuito, sob a coordenação do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, que conta com uma rede de atendimento em todo o território nacional e integra, também, as mais importantes ações de emprego, como a intermediação de mão-de-obra, o apoio operacional ao seguro-desemprego, a geração de informações sobre o mercado de trabalho, além do apoio à geração de emprego e renda e à qualificação profissional. Desse modo, constata-se a importância fundamental do Sistema em relação à implementação das principais políticas de emprego no País. Se o desempenho da principal organização responsável por essa implementação não é o desejado, naturalmente o impacto das políticas de emprego, por mais bem concebidas que sejam, será bastante limitado. Melhorar o desempenho do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda, significa, portanto, potencializar o impacto das políticas de

emprego e, com isso, contribuir em conjunto com outras políticas para a resolução de diversos problemas sociais que afligem o País, sobretudo os grandes centros urbanos. Com o atual governo, inaugurou-se uma reflexão visando a diagnosticar a situação do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda, e ao mesmo tempo, propor mudanças que permitam o aproveitamento das experiências administrativas dos últimos anos e que avancem no processo de redefinição do Sistema no caso brasileiro, de maneira responsável. Esse processo iniciou-se no final de 2004, momento em que o Ministério, em parceria com o CODEFAT e o FONSET, convocou a sociedade organizada para participar do primeiro Congresso Nacional do Sistema Público de Emprego. O evento, e os que se seguiram, contou com a participação das representações dos governos federal, estaduais e municipais, dos empregadores, dos trabalhadores, do Sistema S, dos membros do CODEFAT, dos conselheiros das comissões e conselhos estaduais e municipais de emprego. Como fruto das deliberações dos Congressos do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda em 2004 e 2005, o CODEFAT aprovou a Resolução nº 466/2005, que institui o Plano Plurianual Estadual, que baliza a integração das funções e ações do SPETR no território, bem como disciplina sua execução. As principais discussões visaram ao aperfeiçoamento das seguintes questões:

1. Modelo de gestão com o aumento da participação social;
2. Integração das políticas de emprego;
3. Não-sobreposição de esforços;
4. Focalização das políticas de emprego;
5. Controle e monitoramento dos resultados;
6. Adoção de critérios baseados na realidade local; e
7. Continuidade das ações e perspectivas de planejamento.

Finalmente, a condução das políticas públicas de emprego, trabalho e renda tem como perspectiva a estruturação do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda, reformulando as ações de emprego, fortalecendo as políticas ativas e atendendo, de forma adequada, grupos vulneráveis do mercado de trabalho; elevando o número de trabalhadores colocados no mercado de trabalho; reduzindo o tempo de espera do trabalhador por um posto de trabalho adequado a suas habilidades; e, mitigando o custo social do desemprego pela maior abrangência da intermediação do trabalho e da assistência financeira ao trabalhador conforme previsão legal.

1. PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS EM 2008

PRINCIPAIS RESULTADOS HIERARQUIZADOS:

1 - Inserção de 1.067.902 trabalhadores no mercado de trabalho por intermédio do Sistema Nacional de Emprego – SINE.

2 - Pagamento do benefício do seguro-desemprego a 6.087.006 trabalhadores.

3 - Pagamento do benefício do Abono Salarial a 14.851.969 trabalhadores.

4 - Emissão de 5.827.443 Carteiras de Trabalho e Previdência Social – CTPS.

5 - Geração de informações e dados estatísticos a partir dos registros administrativos Relação Anual de Informações Sociais – RAIS e Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED.

OBTENÇÃO DOS RESULTADOS: Dentro do esperado

JUSTIFICATIVA: 1. Inserção de 1.067.902 trabalhadores no mercado de trabalho por intermédio do Sistema Nacional de Emprego – SINE. Esse resultado pode ser considerado o mais importante para o atendimento do objetivo de “elevar o número de trabalhadores colocados no mercado de trabalho por meio da consolidação do Sistema Público de Emprego e reduzir o tempo de espera do trabalhador por um posto de trabalho adequado a suas habilidades”. De janeiro a dezembro de 2008, o SINE foi responsável pela inscrição de 5.998.796 trabalhadores em busca de emprego e pela captação de 2.526.628 vagas de trabalho junto a empregadores em busca de mão-de-obra, culminando na (re)colocação no mercado de trabalho de 1.067.902 trabalhadores. Esses resultados foram possíveis graças à ampliação da rede de atendimento, que chegou a 1.260 unidades em todo o País, mantidas no âmbito de convênios com os estados, o Distrito Federal e municípios com mais de 200 mil habitantes. A assinatura de novos convênios no final do ano com os municípios de Curitiba e Olinda e com duas entidades privadas sem fins lucrativas, selecionadas em chamamento público, contribuem para perspectivas positivas em 2009. O aquecimento da economia no primeiro semestre do ano também foi influência positiva para a superação da marca de 1 milhão de trabalhadores colocados no ano.

2. Pagamento do benefício do seguro-desemprego a 6.087.006 trabalhadores. O conjunto de ações do seguro-desemprego é essencial para o objetivo do Programa de “mitigar o custo social do desemprego”. Em 2008, o benefício do seguro-desemprego foi pago a 6.068.552 trabalhadores celetistas, 10.977 trabalhadores domésticos, e 7.477 trabalhadores com contrato de trabalho suspenso que fizeram jus a bolsa-qualificação. Apesar da habilitação abaixo do esperado no âmbito do SINE – correspondente à ação 2633 – Habilitação do Trabalhador ao Seguro-Desemprego –, a soma aos resultados das Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego e da Caixa Econômica Federal determinou habilitação de um universo total de 6.783.360 trabalhadores no exercício, nessas modalidades. As ações de remuneração de agentes operadores e pagadores do seguro-desemprego tiveram forte impacto sobre o percentual total de cumprimento de metas físicas.

3. Pagamento do benefício do Abono Salarial a 14.851.969 trabalhadores. O benefício Abono Salarial é um importante instrumento de combate às desigualdades individuais de renda, com vistas a propiciar a melhoria da

qualidade de vida das populações menos favorecidas, uma vez que é destinado aos trabalhadores com faixa salarial de até dois salários mínimos. É também importante instrumento gerador de renda, por se constituir em um décimo quarto salário no ano, no valor de um salário mínimo, com efeitos positivos para a economia, a partir do consumo gerado pelo efeito-renda. Em 2008, o benefício foi concedido a 14,85 milhões de trabalhadores, número esse resultante de resíduo do calendário de 2007-2008, findo em 30 de junho de 2008, e do pagamento de benefício do calendário 2008-2009, iniciado em 1º de julho de 2008.

4. Emissão de 5.827.443 Carteiras de Trabalho e Previdência Social – CTPS. A CTPS permite a inserção do cidadão no mercado de trabalho, por ser um dos únicos documentos a reproduzir com tempestividade a vida funcional do trabalhador. Garante o acesso a alguns dos principais direitos trabalhistas, como seguro-desemprego, benefícios previdenciários e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS. O número global de CTPS emitidas no exercício de 2008 foi de 5.827.443, resultando numa média mensal de 507.984. Desse total, 2.507.948, ou 43,04%, correspondem à emissão de CTPS informatizada. Apesar de a meta física não ter sido integralmente cumprida, a execução pode ser considerada satisfatória, vez que foram mantidas a capilaridade de atendimento e a disponibilidade e facilidade de acesso ao documento. A operacionalização da ação vem se dando em busca de facilitar a identificação por intermédio de uma base de dados única.

5. Geração de informações e dados estatísticos a partir dos registros administrativos Relação Anual de Informações Sociais – RAIS e Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED. O CAGED acompanha, mês a mês, as admissões e os desligamentos dos trabalhadores com contrato de trabalho em regime celetista. É importante ação de subsídio ao pagamento do benefício de seguro-desemprego, além de permitir a geração de dados e informações sobre o mercado de trabalho que subsidiam a gestão das políticas públicas de emprego, trabalho e renda. A RAIS, a partir do processamento anual das informações sociais relativas aos vínculos empregatícios formais, identifica os beneficiários do Abono Salarial, e também gera importantes estatísticas sobre o mercado de trabalho formal para uso na elaboração e implementação das políticas públicas de trabalho, emprego e renda, dentre outros usos. Em 2008, foram declarados no CAGED 31.866.458 movimentações (admissões mais desligamentos), superando em 22,56% a meta estipulada. Já ação da RAIS registrou 58.586.769 vínculos empregatícios informados pelos estabelecimentos, superando em 34,62% a meta constante no Plano Plurianual – PPA.

2. GRAU DE CONTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS DO PROGRAMA PARA O ALCANCE DO OBJETIVO SETORIAL

Objetivo Setorial Vinculado ao Programa: Implementar um Sistema Público de Emprego para a promoção de políticas universais de emprego, trabalho e renda

GRAU DE CONTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS DO PROGRAMA PARA O ALCANCE DO OBJETIVO SETORIAL: Acima do esperado

JUSTIFICATIVA: O Programa 0099 é o principal responsável pela manutenção do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda. Suas ações garantem a concessão de benefícios de seguro-desemprego e Abono Salarial aos trabalhadores, abarcando seu pagamento e os custos de sua operacionalização. São também as ações desse Programa que provêem recursos para a manutenção da rede de atendimento do Sistema Nacional de Emprego, por meio de convênios com os estados, o DF, municípios com mais de 200 mil habitantes e entidades privadas sem fins lucrativos. O Programa contempla ações universais, como a intermediação de mão-de-obra, e ações para públicos específicos, como é o caso do seguro-desemprego e do Abono Salarial. Ainda, no âmbito da operacionalização do Programa, tem foco destacado a integração entre as ações de promoção do emprego e da empregabilidade, inclusive de outros programas, como é o caso da integração do seguro-desemprego e da intermediação de mão-de-obra à qualificação social e profissional.

3. COBERTURA DO PÚBLICO ALVO

O público-alvo especifica o(s) segmento(s) da sociedade ao(s) qual(is) o programa se destina e que pode se beneficiar direta e legitimamente com sua execução. A parcela do público-alvo efetivamente coberta pelo Programa é conhecida como "beneficiários".

COBERTURA DO PÚBLICO-ALVO: ACIMA DO ESPERADO

JUSTIFICATIVA: Dado o público-alvo do Programa 0099, de “trabalhador formal dispensado do sistema produtivo ou com contrato de trabalho suspenso, aqueles a procura de postos de trabalho e empregados privados e públicos atendidos pelo Abono Salarial”, pode-se considerar que as expectativas para 2008 foram superadas. O comportamento é particularmente influenciado pelas seguintes ações: - Orientação Profissional e Intermediação de Mão-de-Obra – 2550 (considerado o resultado de janeiro a dezembro, de 1.062.963 colocados; - Bolsa de Qualificação Profissional para Trabalhador com Contrato de Trabalho Suspenso – 0217; - Pagamento do Seguro-Desemprego – 0583; e - Pagamento do Benefício Abono Salarial – 0581.

4. SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

O PROGRAMA AVALIA A SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS? Sim

GRAU DE SATISFAÇÃO DO BENEFICIÁRIO: Satisfeito

JUSTIFICATIVA: Apenas algumas das ações do Programa contemplam avaliação de satisfação de beneficiários. A marcação acima refere-se aos resultados a partir da pesquisa de satisfação dos usuários dos registros administrativos RAIS e CAGED.

MECANISMOS UTILIZADOS E CONSEQÜÊNCIAS PARA O APERFEIÇOAMENTO DO PROGRAMA: No caso das ações executadas no âmbito do SINE, alguns estados e municípios parceiros utilizam formulários de pesquisa de satisfação com trabalhadores e empregadores. Entretanto, a prática não é generalizada entre as convenentes, e os resultados não são processados em nível nacional. Assim, o uso da informação se restringe ao âmbito local, não tendo reflexos sobre o Programa como um todo.

Ciente da necessidade de uma avaliação, o Ministério do Trabalho e Emprego realizou parceria com a Universidade de Brasília – UnB para avaliação externa do Programa de Seguro-desemprego. As ações de intermediação de mão-de-obra, seguro-desemprego e emissão de Carteira de Trabalho e Previdência Social encontram-se no escopo dessa avaliação em que, dentre outras questões, está sendo avaliada a satisfação dos beneficiários. A avaliação deverá ser concluída no segundo semestre de 2009, quando então será possível apropriar-se dos resultados para o aperfeiçoamento do Programa.

No que diz respeito à RAIS, a pesquisa de satisfação é obtida pela avaliação dos estabelecimentos declarantes quanto ao nível de satisfação sobre o programa de declaração da RAIS, bem como o atendimento da Central de Atendimento 0800. Para o exercício de 2008, o programa da RAIS foi considerado “bom” por 28,63% dos declarantes, seguidos de 25% que o consideraram “excelente” e 18,41% que opinaram como “muito bom”. Esse resultado refere-se a 83.406 das opiniões, num total de 115.762.

Quanto à Central de Atendimento, o atendimento foi considerado “excelente” por 29,04% dos declarantes, seguidos de 25,76% e 18,10% que opinaram como “bom” e “muito bom”, respectivamente, num total de 86.137 opiniões. Quanto aos usuários do Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho – PDET, cerca de 91% responderam positivamente tanto em relação ao recebimento dos dados estatísticos, que contemplam RAIS e CAGED, quanto ao atendimento do *help desk*; e apenas 9,1% se manifestaram negativamente.

5. DESENHO DO PROGRAMA QUANTO AOS TEMAS TRANVERSAIS (RAÇA, GÊNERO, PESSOA COM DEFICIÊNCIA E/OU CRIANÇA E JUVENTUDE)

OS TEMAS TRANVERSAIS ESTÃO CONTEMPLADOS NO ÂMBITO DO PROGRAMA?

Sim

FORMA DE ABORDAGEM DOS TEMAS TRANVERSAIS:

As ações do Programa, de um modo geral, não possuem recorte para tratar do tema raça/cor, pessoa com deficiência, gênero e criança/juventude. Ações como o seguro-desemprego e o Abono Salarial estão disponíveis para qualquer trabalhador que cumpra os critérios estabelecidos em lei; e outras, como a intermediação de mão-de-obra, têm atendimento universal. Entretanto, algumas ações possuem identificação de raça/cor:

- a declaração feita pelos estabelecimentos na RAIS e no CAGED quanto à raça/cor dos trabalhadores no mercado de trabalho assalariado formal;
- a declaração do trabalhador no ato da inscrição no SINE; e
- a identificação de raça/cor na Pesquisa de Emprego e Desemprego, executada em 7 regiões metropolitanas.

É importante mencionar a existência de captação direcionada de vagas no SINE para portadores de deficiência, para cumprimento dos percentuais

legais pelas empresas, e facilitação do ingresso dos trabalhadores com deficiência no mercado de trabalho.

Existem, também, metas específicas nos Convênios Plurianuais Únicos para colocação, no âmbito do SINE, de mulheres com escolaridade até o ensino médio e de jovens de 16 a 24 anos com escolaridade até o ensino médio.

Além disso, os registros administrativos RAIS e CAGED possuem identificação da condição de aprendiz, conforme declaração dos estabelecimentos.

6. MECANISMOS DE PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL

O PROGRAMA APRESENTA MECANISMOS DE PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL? Sim

Ouidoria: A Ouvidoria do Ministério do Trabalho e Emprego encontra-se à disposição dos beneficiários do Programa. Por meio dela, o Departamento de Emprego e Salário – área no Ministério responsável pela execução do Programa – recebe dúvidas, reclamações, sugestões, etc. Ainda, estão à disposição endereços de e-mail institucionais para cada ação ou conjunto de ações.

Discussão em Conselho Setorial: A condução das políticas públicas de emprego, trabalho e renda é orientada pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - CODEFAT, órgão colegiado de caráter tripartite e paritário, composto por representantes de trabalhadores, empregadores e governo, que atua como gestor do FAT. Dentre as funções mais importantes do órgão estão as de elaborar diretrizes para programas e para alocação de recursos, de acompanhar e avaliar seu impacto social e de propor o aperfeiçoamento da legislação referente às políticas. Igualmente importante é o papel que exerce no controle social da execução destas políticas - no qual estão as competências de análise das contas do Fundo, dos relatórios dos executores dos programas apoiados, bem como de fiscalização da administração do FAT. A participação da sociedade organizada, além de ser uma diretriz da OIT, é um elemento de grande importância para a execução das políticas públicas do Ministério do Trabalho e Emprego, dadas suas características. Trata-se, como é conhecido, de ações realizadas fundamentalmente de maneira descentralizada, por meio de convênios e parcerias. Nos anos de 1994 e 1995, o Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - CODEFAT estabeleceu, por meio das Resoluções nos. 63 e 80 (que tiveram pequenas alterações por meio das Resoluções nos. 114/96, 138/97, 227/99, 262/01, 270/01 e 365/2003), critérios para o reconhecimento das comissões de emprego estaduais, distrital ou municipais. Tratou-se de um passo adiante na consubstanciação da participação da sociedade organizada na administração do Sistema Público de Emprego, conforme prevê a Convenção nº. 88 da Organização Internacional do Trabalho - OIT. Atualmente, existem 26 comissões estaduais e uma comissão do Distrito Federal, homologadas pelo

CODEFAT, e 3.651 comissões municipais, sendo 3.110, homologadas, ou 66,7% do total de municípios existentes.

O PDET - Programa de Disseminação de Estatísticas do Trabalho tem por objetivo divulgar informações oriundas da RAIS e CAGED à sociedade civil, disponibilizando o acesso às bases de dados por meio da Internet e CD-ROM, possibilitando ao usuário obter as informações do mercado de trabalho formal de forma mais desagregada e aprofundada.

CONTRIBUIÇÕES DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL PARA OS RESULTADOS DO PROGRAMA: A atuação do CODEFAT pauta as principais ações desenvolvidas no âmbito do Programa, por meio das normas estabelecidas em resoluções. A partir das diretrizes gerais do CODEFAT, o Ministério do Trabalho e Emprego estabelece normativos complementares e planos de ação, implementa, acompanha e controla a execução. Também, as comissões de emprego estaduais, do DF e municipais garantem a participação social, pela aprovação dos planos de trabalho dos convênios do SINE. A partir do retorno dos usuários externos do PDET, foi possível avaliar os indicadores qualitativos e quantitativos, na busca de um acompanhamento que subsidie as ações e estratégias a serem adotadas, visando à ampliação da confiabilidade dos dados dos registros administrativos RAIS e CAGED, e, conseqüentemente, disponibilizando informações mais fidedignas sobre o mercado de trabalho.

MICROCRÉDITO PRODUTIVO ORIENTADO

GERENTE DO PROGRAMA

ANDRÉ PEIXOTO FIGUEIREDO LIMA

OBJETIVO

Ampliar o acesso ao crédito bem como apoiar e estimular o segmento de instituições que operam o microcrédito produtivo orientado, com ênfase no fortalecimento do empreendedorismo de pequeno porte, individual ou coletivo, promovendo a inclusão social e o desenvolvimento em âmbito local.

PÚBLICO-ALVO

Pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de atividades produtivas de pequeno porte, com renda bruta anual de até R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) determinada pelo Decreto nº 5.288 de 29/11/2004.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

QUADRO SÍNTESE DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

Autorizado (LOA + Créditos): R\$ 3.390.831,00	Empenho Liquidado:	R\$ 3.375.240,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	R\$ 3.375.240,00
Previsto não orçamentário R\$ 849.245.390,66	Realizado não orçamentário R\$ 1.128.438.401,71	

METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
Assessoria Empresarial aos Microempreendedores - 9509 (Microempreendedor assistido/UNIDADE)	361.773,00	418.677,00	1,16	1.447.092,00	152.158,00	0,11
Concessão de Crédito Produtivo Orientado a Microempreendedores Populares - 90F8 (crédito concedido/UNIDADE)	10.000,00	11.240,52	1,12	10.000.000,00	23.391.337,00	2,34
Concessão de Crédito Produtivo Orientado a	6.297,00	0,00	0,00	8.100.000,00	5.066.000,00	0,63

Microempreendedores Populares - FAT - 9A10 (crédito concedido/UNIDADE)						
Crédito Produtivo Orientado a Microempreendedores Populares - 909U (crédito concedido/UNIDADE)	15.692,00	5.293,00	0,34	15.236.500,00	12.282.530,71	0,81
Financiamento ao Micronegócio - 9510 (Financiamento concedido/UNIDADE)	845.019,00	1.009.236,00	1,19	814.461.798,66	1.087.546.376,00	1,34
Fomento ao Desenvolvimento de Instituições de Microcrédito - 2B12 (instituição apoiada/UNIDADE)	42,00	0,00	0,00	3.076.731,00	3.072.710,00	1,00
Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	0,00	0,00	-	314.100,00	302.530,00	0,96
Índice médio geral de realização			0,64			1,02

METAS FINANCEIRAS - RAP

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
(RAP 2007) Fomento ao Desenvolvimento de Instituições de Microcrédito - 2B12 (instituição apoiada/UNIDADE)	-	-	-	-560.000,00	560.000,00	1,00
(RAP 2007) Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	-	-	-	-567.000,00	567.000,00	1,00
Índice médio geral de realização						1,00

INDICADOR(ES)

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICE DE REFERÊNCIA (LINHA DE BASE)		ÍNDICE APURADO EM 2008		ÍNDICE PREVISTO PARA O FINAL DO PPA (2011)	POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011
	Índice	Data de Apuração	Índice	Data de Apuração		
NÚMERO ÍNDICE DA QUANTIDADE DE OPERAÇÕES DE MICROCRÉDITO PRODUTIVO ORIENTADO - NÚMERO ÍNDICE	100	31/12/2006	153,74	12/2008	209	Alta

Fonte: Sistema de Habilitações - PNMPO/MTE

Medidas corretivas necessárias:

NÚMERO ÍNDICE DO VOLUME DE CRÉDITO CONCEDIDO PARA MICROCRÉDITO PRODUTIVO ORIENTADO - NÚMERO ÍNDICE	100	31/12/2006	217,24	12/2008	232	Alta
--	-----	------------	--------	---------	-----	------

Fonte: Relatórios Gerenciais - PNMPO/MTE

Medidas corretivas necessárias:

CONTEXTUALIZAÇÃO

O microcrédito produtivo orientado é considerado instrumento essencial para a inclusão social e o combate à pobreza, bem como uma ferramenta relevante de política pública. Por esta razão, a existência de um Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado, por meio da Lei 11.110, de 25 de abril de 2005, ofertando recursos em condições compatíveis com a realidade dos empreendimentos de pequeno porte, por meio de uma rede de instituições especializadas na concessão de crédito produtivo orientado, ou seja, com a orientação técnica necessária ao desenvolvimento sustentável destes empreendimentos, constitui instrumento fundamental para ampliar a geração de emprego e renda. Estima-se que há mais de dez milhões empreendedores (ECINF/2003) populares com necessidades de investir nos seus empreendimentos por conta própria.

1. PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS EM 2008

PRINCIPAIS RESULTADOS HIERARQUIZADOS:

- 1 - Foram realizados 1.274.296 contratos de microcrédito no ano de 2008, tendo um acréscimo anual de 32,33%, em relação a 2007;
- 2 - Foram aplicados o montante de R\$ 1,807 bilhão, representando crescimento de 64,22%, em relação a 2007;
- 3 - O programa finalizou o ano com 279 instituições habilitadas. Dentre as ações realizadas pelo programa, contribuiu de forma inequívoca o lançamento dos três Editais de Seleção de Projetos, voltados para fortalecer o segmento, bem como a Capacitação de Agentes de crédito num total de 160 agentes que serão capacitados em maio de 2009.

OBTENÇÃO DOS RESULTADOS: Acima do esperado

JUSTIFICATIVA: A retração do crédito no sistema financeiro convencional, a partir de agosto de 2008, colocou ainda mais em evidência o Microcrédito. Atuando por meio da rede de Instituições habilitadas e com menos burocracia e exigências de garantia, o Microcrédito se tornou a porta para os microempreendedores.

2. GRAU DE CONTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS DO PROGRAMA PARA O ALCANCE DO OBJETIVO SETORIAL

Objetivo Setorial Vinculado ao Programa: Fomentar aumento de postos de trabalho e de renda e promover a inclusão social por intermédio do Microcrédito Produtivo Orientado

GRAU DE CONTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS DO PROGRAMA PARA O ALCANCE DO OBJETIVO SETORIAL: Acima do esperado

JUSTIFICATIVA: A principal contribuição é permitir a ampliação do alcance da rede habilitada ao Programa de Microcrédito, visando aumentar a sua capilaridade e, conseqüentemente, o maior acesso ao microcrédito por parte da população.

3. COBERTURA DO PÚBLICO ALVO

O público-alvo especifica o(s) segmento(s) da sociedade ao(s) qual(is) o programa se destina e que pode se beneficiar direta e legitimamente com sua execução. A parcela do público-alvo efetivamente coberta pelo Programa é conhecida como "beneficiários".

COBERTURA DO PÚBLICO-ALVO: MUITO ABAIXO DO ESPERADO

JUSTIFICATIVA: Segundo pesquisa do IBGE, de 2003, existem mais de 10 milhões de microempresários informais no país, sendo que a grande maioria nunca teve acesso ao crédito tradicional. Mas esse número de pessoas não pode ser considerado público-alvo do microcrédito, já que nem todo mundo demanda crédito. Pesquisas demonstram que apenas cerca de 20% desse público se interessaria por crédito, o que representa 2 milhões de microempresários como público-alvo. Como em 2008 o público atendido foi de 640 mi (clientes mapeados), então o programa está alcançando 32% do público.

4. SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

O PROGRAMA AVALIA A SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS? Não

DIFICULDADES PARA AVALIAR A SATISFAÇÃO DO BENEFICIÁRIO: O Programa está desenvolvendo método de avaliação para mensurar a satisfação dos clientes do Microcrédito, notadamente com o público dos beneficiários do Programa Bolsa Família.

5. DESENHO DO PROGRAMA QUANTO AOS TEMAS TRANVERSAIS (RAÇA, GÊNERO, PESSOA COM DEFICIÊNCIA E/OU CRIANÇA E JUVENTUDE)

OS TEMAS TRANVERSAIS ESTÃO CONTEMPLADOS NO ÂMBITO DO PROGRAMA?

Não

6. MECANISMOS DE PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL

O PROGRAMA APRESENTA MECANISMOS DE PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL? Sim

Ouvidoria: Através da Ouvidoria do Ministério (0800) uma pessoa interessada em obter crédito, localizada em qualquer lugar do país, pode identificar a instituição de microcrédito mais próxima de sua casa.

Consulta Pública: A execução orçamentária do Programa é realizada mediante concurso de projetos ou chamada pública de parceria.

Reunião com grupos de interesse: Realização de seminários e reuniões com entidades representativas do segmento.

Discussão em Conselho Setorial: Realização de Seminários para debater as dificuldades, as políticas e atuação do segmento.

Obtenção de empréstimo pela Internet Acesso a informações sobre o programa e suas ações no Portal do Microcrédito.

CONTRIBUIÇÕES DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL PARA OS RESULTADOS DO PROGRAMA: Criação do plano de contas unificado para o Segmento; definição do marco legal; diagnóstico do segmento; e maior aproximação com os Bancos Oficiais para o fornecimento de *funding*.

QUALIFICAÇÃO SOCIAL E PROFISSIONAL

GERENTE DO PROGRAMA

EZEQUIEL SOUSA DO NASCIMENTO

OBJETIVO

Promover a qualificação social e profissional, a formação inicial e continuada e ações integradas de certificação e orientação profissional, em articulação com a inserção no mundo do trabalho, ações de elevação de escolaridade e de ações de desenvolvimento sócio-econômico-ambiental, como parte da construção do sistema público de emprego trabalho e renda e do sistema nacional de formação profissional.

PÚBLICO-ALVO

Trabalhadores e trabalhadoras desempregados/as e em risco de desemprego, com ênfase nas populações vulneráveis

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

QUADRO SÍNTESE DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

Autorizado (LOA + Créditos): R\$ 446.217.251,00	Empenho Liquidado: R\$ 141.261.159,00
	Pago Estatais: -
	Total: R\$ 141.261.159,00
Previsto não orçamentário R\$ 4.000.000,00	Realizado não orçamentário R\$ 0,00

METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
Acompanhamento e Parametrização de Sistemas Públicos, Privados e Paraestatais de Qualificação Social e Profissional - 90AV (-/-)	0,00	0,00	-	4.000.000,00	0,00	0,00
Capacitação e Monitoramento da Juventude Rural (Projeto Amanhã) - 4786 (JOVEM CAPACITADO/UNIDADE)	840,00	2.103,00	2,50	1.100.000,00	919.743,00	0,84
Certificação Profissional de Trabalhadores - 6638 (Trabalhador certificado/UNIDADE)	102,00	0,00	0,00	1.000.000,00	0,00	0,00
Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	0,00	0,00	-	19.000.000,00	3.413.524,00	0,18

Identificação e Disseminação de Metodologias e Tecnologias Sociais de Qualificação - 6405 (Metodologia e tecnologia social implantada/UNIDADE)	6,00	0,00	0,00	4.000.000,00	0,00	0,00
Publicidade de Utilidade Pública - 4641 (-/-)	0,00	0,00	-	187.000,00	187.000,00	1,00
Qualificação Social e Profissional de Trabalhadoras Domésticas e outras Populações em Situação de Alta Vulnerabilidade - 4733 (TRABALHADOR QUALIFICADO/UNIDADE)	8.667,00	0,00	0,00	5.200.000,00	0,00	0,00
Qualificação Social e Profissional de Trabalhadores para o Acesso e Manutenção ao Emprego, Trabalho e Renda em Base Setorial (PlanSeQs) - 4725 (TRABALHADOR QUALIFICADO/UNIDADE)	630.175,00	0,00	0,00	357.041.917,00	97.427.010,00	0,27
Qualificação Social e Profissional do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda e Economia Solidária em base territorial (PLANTEQS) - 4728 (TRABALHADOR QUALIFICADO/UNIDADE)	98.485,00	0,00	0,00	58.688.334,00	39.313.882,00	0,67
Índice médio geral de realização			0,42			0,33

METAS FINANCEIRAS - RAP

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
(RAP 2007) Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	-	-	-	2.537.482,00	2.499.941,00	0,99
(RAP 2007) Publicidade de Utilidade Pública - 4641 (-/-)	-	-	-	160.630,00	148.879,00	0,93
(RAP 2007) Qualificação de Trabalhadores Beneficiários de Ações do Sistema Público de Emprego e de Economia	-	47.433,00	-	67.548,00	67.548,00	1,00

Solidária - 4728 (TRABALHADOR QUALIFICADO/UNIDADE)						
(RAP 2007) Qualificação de Trabalhadores Beneficiários de Políticas de Inclusão Social - 4733 (TRABALHADOR QUALIFICADO/UNIDADE)	-	13.381,00	-	23.433,00	23.433,00	1,00
(RAP 2007) Qualificação de Trabalhadores para Manutenção do Emprego e Incremento da Renda - 4725 (TRABALHADOR QUALIFICADO/UNIDADE)	-	14.500,00	-	19.046.996,00	8.685.852,00	0,46
Índice médio geral de realização			-			0,87

INDICADOR(ES)

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICE DE REFERÊNCIA (LINHA DE BASE)		ÍNDICE APURADO EM 2008		ÍNDICE PREVISTO PARA O FINAL DO PPA (2011)	POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011
	Índice	Data de Apuração	Índice	Data de Apuração		
CARGA HORÁRIA MÉDIA POR PESSOA QUALIFICADA - HORA	191,52	31/12/2005	195,53	01/2009	230	Média

Fonte: MTE/SPPE/DEQ

Medidas corretivas necessárias: A carga horária média prevista na Resolução nº575/08 CODEFAT foi alterada para 200 horas, não existindo, portanto, previsão para o aumento dessa carga horária, tendo em vista que, para a maioria das ocupações não técnicas, que requerem menos escolaridade (público prioritário do programa), 200 horas aula é o suficiente para o provimento de cursos de qualificação incluindo conteúdos básicos, específicos e ainda atividades práticas. O índice para 2011 será alterado para 200.

NÚMERO ÍNDICE DE COBERTURA RELATIVA DA POPULAÇÃO DE MULHERES - NÚMERO ÍNDICE	135,28	31/12/2005	139,59	01/2009	136,8	Alta
---	--------	------------	--------	---------	-------	------

Fonte: MTE/SPPE/DEQ

Medidas corretivas necessárias:

TAXA DE INTEGRAÇÃO DAS POLÍTICAS DE QUALIFICAÇÃO ÀS	70	31/12/2005	70,21	01/2009	85	Alta
--	----	------------	-------	---------	----	------

POLÍTICAS PÚBLICAS DE TRABALHO, DESENVOLVIMENTO E INCLUSÃO SOCIAL - PERCENTUAL						
Fonte: MTE/SPPE/DEQ						
Medidas corretivas necessárias:						
<hr/>						
TAXA DE ENCAMINHAMENTO PÓS-QUALIFICAÇÃO AO MUNDO DO TRABALHO - PERCENTAGEM	114,79	31/12/2005	93	01/2009	117	Muito Baixa
Fonte: MTE/SPPE/DEQ						
Medidas corretivas necessárias: O valor máximo que pode ser alcançado para este indicador é de 100%, isso porque a melhor situação é se alcançar todos os concluintes desocupados encaminhados ao mundo do trabalho. As medidas corretivas necessárias são: 1) a obrigatoriedade de inscrição para qualificação e, posterior retorno dos trabalhadores qualificados para encaminhamento a postos de trabalho, via SIGAE e Agências de IMO do Sistema Público de Emprego; e 2) a pactuação de índice mínimo de 30% de inserção formal, com a Comissão de Concertação tripartite para os PlanSeQs.						
<hr/>						
NÚMERO ÍNDICE DE COBERTURA RELATIVA DA POPULAÇÃO DE JOVENS (16 A 24 ANOS) - NÚMERO ÍNDICE	213,17	31/12/2005	216,93	01/2009	216	Alta
Fonte: MTE/SPPE/DEQ						
Medidas corretivas necessárias:						
<hr/>						
NÚMERO ÍNDICE DE COBERTURA RELATIVA DA POPULAÇÃO DE NÃO BRANCOS - NÚMERO ÍNDICE	123,74	31/12/2005	128,54	01/2009	127	Alta
Fonte: Sistema de Planejamento, Monitoramento e Avaliação do Departamento de Qualificação SPMA-SPPE/MTE/DEQ						
Medidas corretivas necessárias:						
<hr/>						
NÚMERO ÍNDICE DE COBERTURA RELATIVA DA POPULAÇÃO DE	89,2	31/12/2005	88,16	01/2009	95	Média

BAIXA ESCOLARIDADE - NÚMERO ÍNDICE						
Fonte: Sistema de Planejamento, Monitoramento e Avaliação do Departamento de Qualificação SPMA-SPPE/MTE/DEQ						
Medidas corretivas necessárias: Existe uma dificuldade de voltar o atendimento das políticas públicas as pessoas de baixa escolaridade. É necessário, portanto, o estabelecimento de parcerias para a questão de elevação de escolaridade dos educandos participantes dos cursos de qualificação.						
TAXA DE PESSOAS QUALIFICADAS DAS PESSOAS ATENDIDAS PELO SPETR - PORCENTAGEM	6	31/12/2006	2,1	01/2009	20	Muito Baixa
Fonte: DEQ/SPPE						
Medidas corretivas necessárias: Este indicador apresenta a relação entre o número de pessoas qualificadas (concluintes dos cursos de qualificação) e o número de pessoas inscritas nos postos dos SINEs. Assim, o sucesso deste indicador tem relação direta com o orçamento que é destinado à qualificação, tendo em vista que não está previsto um aumento no orçamento para 2011 que seja possível absorver esta demanda. São cerca de 5,7 milhões de pessoas atendidas pelos SINEs em todo o Brasil.						
TAXA DE EFICÁCIA DAS QUALIFICAÇÕES - %	94	31/12/2005	91,15	01/2009	95	Média
Fonte: Sistema de Planejamento, Monitoramento e Avaliação do Depto. de Qualificação SPMA-DEQ/SPPE/MTE						
Medidas corretivas necessárias: Este indicador tem relação direta com o índice de conclusão nos cursos. Como o máximo permitido para evasão é de 10%, pois acima deste valor os valores correspondentes são devolvidos, 5% de evasão é possível, mas não tem uma garantia de que ocorra.						

CONTEXTUALIZAÇÃO

A qualificação social e profissional, entendida como direito e condição indispensável para a garantia do trabalho decente para homens e mulheres, contribui para promover a integração das políticas e ações vinculadas ao emprego, ao trabalho, à renda, à educação e ao desenvolvimento sócio-econômico-ambiental nos territórios, na perspectiva da sustentabilidade e da diminuição das disparidades regionais. Com o PPA 2008-2011, continua o processo de implantação do Sistema Nacional de Formação Profissional, iniciado no PPA 2004-2007. A avaliação do PPA 2004-2007 apontou avanços como o aumento da carga horária média (de 59 horas para 200 horas) e da efetividade social (maior atendimento de jovens, negros, mulheres e pessoas com baixa

escolaridade). Entretanto, o maior avanço foi qualitativo, pois se estabeleceu um conjunto de regras que estão se tornando parâmetro para outras ações semelhantes no governo federal (Plano de Qualificação para o Turismo, ProJovem, etc.). Além disso, a elaboração e implantação dos Arcos Ocupacionais - formação em atividades profissionais do mesmo ramo -, enquanto ferramenta pedagógica para aumentar a qualidade pedagógica e efetividade social das ações de qualificação, está se difundindo rapidamente, permitindo vislumbrar, em um futuro próximo a conexão (itinerário formativo) entre os cursos de qualificação e os cursos técnicos. Também no campo ético, conseguiu-se reestabelecer a credibilidade das políticas de qualificação junto aos órgãos de controle e junto à sociedade, a partir de forte investimento em planejamento, monitoramento, supervisão e avaliação externa das ações, mediante a aplicação do Sistema Integrado de Planejamento, Monitoramento e Avaliação - SPMA, conforme previsto no art. 17 parágrafo 1º da Resolução nº 333. Com tais avanços, é possível pensar em uma maior centralidade da Qualificação, enquanto articuladora de ações envolvendo trabalho, educação e desenvolvimento, reforçando sua condição de Política Pública planejada e integrada a um programa estratégico de Governo e com intensa participação e controle social. Isto significa duas ações simultâneas: (i) ampliar as ações executadas pelo governo federal; e (ii) ampliar a capacidade de regulação para as demais ações executadas por outros entes da federação, instituições paraestatais e para o setor privado, condição *sine qua non* para a constituição do sistema nacional de formação profissional. A capacidade de regulação deverá ser fortalecida em muito com a edição de decreto presidencial sobre a formação inicial e continuada que estabelece papéis complementares a MEC e MTE neste campo e estabelece a criação, em parceria, de instrumentos de regulação como o Repertório de Qualificações e o Catálogo Nacional de Cursos. O principal instrumento desta política, o Plano Nacional de Qualificação – PNQ - apresenta forte vinculação com a dimensão territorial, seja por meio dos Planos Territoriais de Qualificação - PlanTeQs (estados e por municípios com mais de 300 mil habitantes) seja por meio dos Planos Setoriais de Qualificação - PlanSeQs, processos concertados com os atores sociais do território, que podem ser mais amplos (comitês de bacia, territórios rurais, APLs, microregiões, mesoregiões, etc.) ou menores que o município (bairros, distritos, etc.). Os PlanSeQs são os instrumentos por excelência para a qualificação dos trabalhadores necessários às obras do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC, inclusive como parte do processo de emancipação dos trabalhadores beneficiários do Bolsa Família. Portanto, as ações de qualificação financiadas, dadas as suas características de conexão entre trabalho, educação e desenvolvimento, dão ênfase as populações vulneráveis atendidas pelos programas do Sistema Público de Emprego (intermediação de mão-de-obra, geração de emprego e renda, economia solidária) Inclusão Social (trabalhadoras domésticas, beneficiários do bolsa família, de políticas afirmativas de gênero, etnia/raça, pessoas com deficiência, apenados, etc.) e Desenvolvimento (rurais, arranjos produtivos locais, setores com potencial de geração de emprego, e/ou exportadores).

A inovação, em termos de metodologias de gestão e execução das ações de qualificação, é garantida por meio dos Projetos Especiais de Qualificação - PROESQ's e dos Convênios de Gestão, que contemplam a elaboração de estudos, pesquisas, materiais técnico-didáticos, metodologias e tecnologias de qualificação social e profissional destinadas a populações específicas ou abordando aspectos da demanda, oferta e do aperfeiçoamento das Políticas Públicas de Qualificação e de sua gestão participativa, implementados em escala regional ou nacional, por entidades de comprovada especialidade, competência técnica e capacidade de execução, de acordo com as diretrizes fixadas anualmente pelo Ministério. Por fim, novos desafios deverão ser enfrentados, em particular os que se referem à dimensão internacional. O primeiro se refere à integração e reconhecimento das ações de qualificação, certificação e orientação no âmbito do Mercosul e da Comunidade Européia. O segundo refere à cooperação com os países de língua portuguesa (PALOP). O terceiro, relacionados com os dois primeiros se refere à qualificação e certificação de imigrantes e emigrantes.

1. PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS EM 2008

PRINCIPAIS RESULTADOS HIERARQUIZADOS:

1. Em 2008, foram firmados 165 convênios/termos aditivos para execução de Planos Territoriais de Qualificação - PlanTeQs, Planos Setoriais de Qualificação - PlanSeQs - e Emendas Parlamentares, em comparação com 73 convênios/termos aditivos firmados em 2007. Os convênios de 2008 totalizam o valor de R\$ 218.402.704,47, sendo R\$ 136.032.055,97 com recursos da LOA 2008. A meta estabelecida nos convênios firmados, considerando o aumento do custo-aluno que passou de R\$550,00 (quinhentos e cinquenta reais) para R\$790,00 (setecentos e noventa reais), conforme consta da Resolução nº. 577/08 CODEFAT, aponta para a qualificação de 299.100 trabalhadores/as, desses, 188.467 serão qualificados com recursos referentes à Lei Orçamentária Anual - LOA 2008 e 110.633 com orçamento da LOA 2009. Ressalte-se em 2008, o planejamento do PlanSeQ Bolsa-Família, que visa à qualificação de beneficiários do Programa Bolsa-Família, a partir de uma iniciativa conjunta do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE e do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, que integra ações de qualificação e inserção profissional, para o setor da Construção Civil articulado com as obras do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC; e para o setor de turismo, em articulação com o Ministério do Turismo, ambos em âmbito nacional. Este planejamento tem como meta qualificar 184.516 trabalhadores/as, sendo que 91.845 trabalhadores/as contabilizados no orçamento de 2008. Em dezembro de 2008, no âmbito do PlanSeQ, foram selecionadas 62 entidades para execução de ações para os seguintes setores: construção civil, comércio e serviços, petróleo e gás natural, agroextrativismo, turismo, economia solidária, têxtil, naval e moto-frete. Quanto às metas físicas, cumpre esclarecer que, em decorrência dos convênios terem sido firmados em dezembro de 2008, a execução ocorrerá no exercício de 2009. Entretanto, em 2008, foram executados os convênios firmados em 2007, que qualificaram, em todo o

Brasil, 92,8 mil trabalhadores, sendo 78,3 mil no âmbito dos Planos Territoriais de Qualificação – PlanTeQs (Dados parciais da execução conforme Base de Gestão da Qualificação em 14/01/2009, até o resultado da análise das prestações de contas dos Convênios Plurianuais Únicos – CPUs) e 14,5 mil no âmbito dos Planos Setoriais de Qualificação – PlanSeQs (Dados parciais da execução até o resultado da análise das prestações de contas dos dezessete convênios de PlanSeQs assinados em 2007 com meta total de 28.205 trabalhadores, cuja vigência foi prorrogada para até o final de 2009). Ressalte-se que o resultado de execução das metas dar-se-á após a finalização dos cursos, totalizando a quantidade de trabalhadores que concluíram os cursos de qualificação. Os cursos realizados com orçamento de 2008 foram iniciados em setembro, no entanto, tendo em vista ser necessário o atendimento aos requisitos relativos à implementação dos processos licitatórios para as contratações no âmbito dos convênios, aliado ao atraso na liberação de parcelas de pagamento e ao prazo de vigência dos referidos convênios serem até 2009, os resultados dos cursos (quantidade de educandos concluintes) serão apresentados a partir de abril de 2009.

2. Novo viés para a ação de certificação. A Certificação Profissional passou a contemplar a definição de critérios para credenciamento de entidades de qualificação do Plano Nacional de Qualificação além do desenvolvimento de metodologias para o reconhecimento formal de competências profissionais desenvolvidas ao longo da experiência de vida e trabalho. Ressalte-se em 2008 a identificação junto ao Ministério das Cidades da necessidade de desenvolvimento de projeto de certificação para os trabalhadores da construção civil e, junto à Controladoria-Geral da União - CGU e INMETRO, a elaboração de critérios para certificação de entidades executoras de qualificação.

3. Reformulação da Resolução que baliza o programa. As ações de qualificação social e profissional de trabalhadores alcançaram maior efetividade com a Resolução N^o. 575, de 28 de abril de 2008, do CODEFAT, que estabeleceu diretrizes e critérios para transferências de recursos do FAT – que financia as ações – aos estados, municípios, organizações governamentais ou intergovernamentais, para a execução do Plano Nacional de Qualificação – PNQ. A referida resolução define a qualificação como um direito do cidadão, conferindo-lhe a dimensão e importância proporcional ao papel que desempenha hoje no mercado e no mundo do trabalho. Como resultado das prioridades estabelecidas, o contingente de jovens, mulheres, negros, indígenas e pessoas de baixa escolaridade, no total de beneficiários desta política, tem aumentado proporcionalmente à sua participação no universo da força de trabalho que se beneficia das políticas de qualificação. O público prioritário para fins de aplicação dos recursos passou a incluir as pessoas com deficiências e os jovens estagiários. Além do mais, a Resolução CODEFAT n^o. 577/2008 alterou o custo-aluno/-hora, repercutindo no aumento do custo-aluno médio, que passou de R\$550,00 (quinhentos e cinquenta reais) para R\$790,00 (setecentos e noventa reais), estimulando o aumento da qualidade dos cursos oferecidos. Especificamente em referência aos

ProEsQs, a Resolução CODEFAT nº 575/08 estabeleceu a possibilidade de que o próprio MTE seja o demandante dessa ação, dessa forma, poderão, a critério do MTE, a partir do diagnóstico de determinado setor da economia e das metodologias de qualificação existentes, ser identificadas as ocupações requeridas pelo mercado de trabalho e a necessidade de determinado setor para o desenvolvimento de ProEsQs que serão imediatamente aplicados.

OBTENÇÃO DOS RESULTADOS: Acima do esperado

JUSTIFICATIVA:

2. GRAU DE CONTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS DO PROGRAMA PARA O ALCANCE DO OBJETIVO SETORIAL

Objetivo Setorial Vinculado ao Programa: Implementar um Sistema Público de Emprego para a promoção de políticas universais de emprego, trabalho e renda

GRAU DE CONTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS DO PROGRAMA PARA O ALCANCE DO OBJETIVO SETORIAL: Acima do esperado

JUSTIFICATIVA: A qualificação social e profissional representa uma das ações do Sistema Público de Emprego. Diante do já exposto, por meio de suas ações, o programa vem ajudando a melhorar as condições econômicas e sociais das camadas mais carentes da população, a preparar o trabalhador para as exigências do mercado de trabalho e a consolidar uma política articulada de geração de emprego, trabalho e renda com as diretrizes e estratégias de governo.

3. COBERTURA DO PÚBLICO ALVO

O público-alvo especifica o(s) segmento(s) da sociedade ao(s) qual(is) o programa se destina e que pode se beneficiar direta e legitimamente com sua execução. A parcela do público-alvo efetivamente coberta pelo Programa é conhecida como "beneficiários".

COBERTURA DO PÚBLICO-ALVO: DENTRO DO ESPERADO

JUSTIFICATIVA: Considera-se os seguintes indicadores, cujos resultados foram apresentados: Número Índice de Cobertura Relativa da População de Mulheres; Taxa de Integração das Políticas de Qualificação às Políticas Públicas de Trabalho, Desenvolvimento e Inclusão Social; Número Índice de Cobertura Relativa da População de Jovens (16 a 24 anos); Número Índice de Cobertura Relativa da População de Não Brancos; Número Índice de Cobertura Relativa da População de Baixa Escolaridade. Esses indicadores consolidam a avaliação do desempenho do programa no que diz respeito à cobertura do público-alvo. Ponderando os resultados apresentados para os referidos indicadores com o percentual de participação de cada um desses grupos na população Economicamente Ativa - PEA tem-se o alcance de 128,64% como resultado, organizados da seguinte forma (Mulheres: 139,59%; Tx de integração: 70%; Jovens: 216,93%; Não Brancos: 128,54%; Bx Escolaridade: 88,16%).

4. SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

O PROGRAMA AVALIA A SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS? Não

DIFICULDADES PARA AVALIAR A SATISFAÇÃO DO BENEFICIÁRIO: No ato das supervisões *in loco* realizadas pelo MTE, os educandos são questionados sobre a satisfação em relação aos cursos. No entanto, é uma pesquisa amostral e não sistematizada.

5. DESENHO DO PROGRAMA QUANTO AOS TEMAS TRANVERSAIS (RAÇA, GÊNERO, PESSOA COM DEFICIÊNCIA E/OU CRIANÇA E JUVENTUDE)

OS TEMAS TRANVERSAIS ESTÃO CONTEMPLADOS NO ÂMBITO DO PROGRAMA?

Sim

FORMA DE ABORDAGEM DOS TEMAS TRANVERSAIS:

Raça: Dentre os públicos prioritários para fins de aplicação dos recursos disponíveis ao PQSP, tem-se: Trabalhadores e trabalhadoras beneficiários/as de políticas afirmativas, tanto pelo enfoque de gênero quanto pelo enfoque de etnia; trabalhadores/as domésticos/as; trabalhadores/as de populações tradicionais étnicas (quilombolas, indígenas etc.).

Pessoa com Deficiência: Em 2008, a partir da Resolução nº 575/08, as pessoas com deficiência ganharam destaque como público prioritário para fins de aplicação de recursos da qualificação.

Gênero: No âmbito do PQSP, existem políticas específicas para trabalhadoras domésticas e trabalhadoras de populações tradicionais étnicas (quilombolas, indígenas, etc.).

COMENTÁRIOS ADICIONAIS: No contexto atual, o mercado de trabalho nacional caracteriza-se por seu alto grau de desigualdade de oportunidades de trabalho, emprego e renda, principalmente para os segmentos de populações mais vulneráveis, entendidas como grupos sociais submetidos à discriminação por diferentes aspectos. O acesso e a permanência desses grupos no mundo do trabalho dependem de sua inclusão como públicos prioritários de políticas públicas. Os indicadores do programa de qualificação demonstram esta preocupação, tendo em vista existirem indicadores cujos resultados demonstram a participação destes públicos nas ações desenvolvidas no âmbito do programa de qualificação. Além da priorização por público específico, para a seleção dos participantes em todas as ações de qualificação social e profissional no âmbito do PNQ, independentemente do público para a qual esteja especificado, as convenientes devem, atendendo a Resolução CODEFAT nº. 575/08, prover preferência de acesso às pessoas mais vulneráveis economicamente e socialmente, particularmente os trabalhadores/as com baixa renda e baixa escolaridade e populações mais sujeitas às diversas formas de discriminação social e, conseqüentemente, com maiores dificuldades de acesso a um posto de trabalho (desempregado de longa duração, afro-descendentes, índio-descendentes, mulheres, jovens, portadores de deficiência e outras), tendo como referência a proporção dessas populações na População Economicamente Ativa – PEA.

6. MECANISMOS DE PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL

O PROGRAMA APRESENTA MECANISMOS DE PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL? Sim

Ouvidoria: O Ministério do Trabalho e Emprego, por meio de sua ouvidoria, encaminha questionamentos e denúncias sobre a política pública de qualificação, as quais são analisadas e respondidas prontamente pela equipe gestora do PQSP.

Audiência Pública: Quando da execução de Planos Setoriais de Qualificação as ações são planejadas no âmbito de uma Comissão de Concertação, formada em audiência pública, com representações do governo, trabalhadores e empregadores (tripartite).

Reunião com grupos de interesse: Quando da execução de Planos Setoriais de Qualificação as ações são planejadas no âmbito de uma Comissão de Concertação, formada em audiência pública, com representações do governo, trabalhadores e empregadores (tripartite).

Discussão em Conselho Setorial: Quando da execução de Planos Setoriais de Qualificação as ações são planejadas no âmbito de uma Comissão de Concertação, formada em audiência pública, com representações do governo, trabalhadores e empregadores (tripartite). Quando da execução de Planos Territoriais de Qualificação, viabilizados a partir de convênios com estado e municípios com mais de 300 mil habitantes, as ações são planejadas no âmbito das Comissões Estaduais/Municipais de Emprego, que são de caráter tripartite e paritário. Cabem a estas a missão de aprovar os planos que serão apresentados ao Ministério do Trabalho e Emprego para conveniamento.

CONTRIBUIÇÕES DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL PARA OS RESULTADOS DO PROGRAMA: Todos os Planos Setoriais de Qualificação foram elaborados de acordo com os projetos desenvolvidos pelas Comissões de Concertação, formadas em audiências públicas. Também os Planos Territoriais de Qualificação são planejados a partir de planos aprovados por Comissões Tripartites.

REDE DE PROTEÇÃO AO TRABALHO**GERENTE DO PROGRAMA**

Ruth Beatriz de Vasconcelos Vilela

OBJETIVO

Garantir o cumprimento das normas legais e convencionadas de proteção ao trabalho

PÚBLICO-ALVO

População Economicamente Ativa - PEA

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

QUADRO SÍNTESE DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

Autorizado (LOA + Créditos): R\$ 28.275.400,00	Empenho Liquidado:	R\$ 20.250.169,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	R\$ 20.250.169,00
Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário	
-	-	

METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
Fiscalização de Obrigações Trabalhistas e da Arrecadação do FGTS - 2628 (Trabalhador registrado /UNIDADE)	593.250,00	556.321,00	0,94	18.230.400,00	12.352.234,00	0,68
Fiscalização do Trabalho no Campo - 4785 (Trabalhador registrado /UNIDADE)	154.159,00	112.536,00	0,73	2.400.000,00	2.130.728,00	0,89
Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	0,00	0,00	-	1.000.000,00	199.999,00	0,20
Inserção de Aprendiz no Mercado de Trabalho - 4729 (Aprendiz)	55.000,00	55.637,00	1,01	300.000,00	161.834,00	0,54

inserido/UNIDADE)						
Inserção de Pessoa com Deficiência no Mercado de Trabalho - 2E00 (Pessoa com deficiência inserida/UNIDADE)	10.000,00	25.844,00	2,58	300.000,00	59.960,00	0,20
Publicidade de Utilidade Pública - 4641 (-/-)	0,00	0,00	-	45.000,00	45.000,00	1,00
Sistema de Informações sobre a Inspeção do Trabalho - SFIT - 4767 (sistema mantido/UNIDADE) - Meta Física Não Cumulativa	1,00	1,00	1,00	6.000.000,00	5.300.414,00	0,88
Índice médio geral de realização			1,25			0,63

METAS FINANCEIRAS - RAP

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
(RAP 2007) Combate à Discriminação no Trabalho - 4662 (TRABALHADOR ASSISTIDO/UNIDADE)	-	-	-	509,00	100,00	0,20
(RAP 2007) Fiscalização de Obrigações Trabalhistas e da Arrecadação do FGTS - 2628 (Trabalhador registrado sob a ação fiscal/UNIDADE)	-	-	-	38.027,00	24.477,00	0,64
(RAP 2007) Fiscalização do Trabalho no Campo - 4785 (Trabalhador registrado sob a ação fiscal/UNIDADE)	-	-	-	20.563,00	19.217,00	0,93
(RAP 2007) Publicidade de Utilidade Pública - 4641 (-/-)	-	-	-	2.440,00	0,00	0,00
Índice médio geral de realização			-			0,44

INDICADOR(ES)

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICE DE REFERÊNCIA (LINHA DE BASE)		ÍNDICE APURADO EM 2008		ÍNDICE PREVISTO PARA O FINAL DO PPA (2011)	POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011
	Índice	Data de Apuração	Índice	Data de Apuração		
TAXA DE REGULARIZAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS FISCALIZADOS - PERCENTAGEM	86,46	31/12/2006	83,54	01/2009	91,5	Média

Fonte: SFIT/SIT/MTE

Medidas corretivas necessárias: O índice previsto para 2011 será alterado para 82,75. Desde 2004, o planejamento das ações de fiscalização vem sendo focado em empresas com histórico de irregularidades, tornando-se mais difícil conseguir a regularização durante a ação fiscal. Desta forma, há um acréscimo do número de autos de infração lavrados e, conseqüentemente, a regularização durante a ação fiscal fica menor, afetando o índice apurado. Historicamente o índice nunca chegou a 90%. A título de ilustração, os índices apurados em anos anteriores: 2007 (86,03%); 2006 (86,46%); 2005 (88,77%); 2004 (87,13%) e 2003 (83,62%).

CONTEXTUALIZAÇÃO

Segundo dados da última PNAD-IBGE, divulgada em 2002, referente ao ano de 2001, cerca de 40% da População Economicamente Ativa - PEA brasileira está inserida no mercado de trabalho exercendo atividades típicas da relação capital x trabalho sem ter seus direitos respeitados, uma vez que trabalham sem ter a Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS devidamente assinada. Ademais, em virtude das diversas alterações que a legislação trabalhista sofreu nos últimos anos, os níveis de precarização se agravaram, contribuindo para que os trabalhadores tenham piores condições de trabalho. Por estes fatos, torna-se necessária a intervenção do Estado, principalmente através do seu corpo fiscal. A fiscalização do trabalho, em parceria com outras fiscalizações federais e contando com a participação da sociedade civil através de mecanismos de controle social, deve atuar de forma a combater a precarização e verificar o cumprimento eficaz das normas legais e convencionadas, proporcionando aos trabalhadores um trabalho digno, renda compatível, proteção à vida e à saúde, bem como a real proteção do Estado. Todos ganham com a CTPS assinada: o trabalhador que terá seus direitos trabalhistas e previdenciários assegurados; o empregador que terá ganhos de produtividade; o Estado, com um aumento na arrecadação do FGTS, da contribuição previdenciária e de impostos; e ganha a Sociedade, pois com mais recursos, o Estado pode investir em benefício de todos, seja em saúde, educação, segurança, infraestrutura, entre outros. Portanto, na busca por garantir direitos trabalhistas para uma maior parcela da PEA do país, este programa é estruturado em ações que formam uma rede de

proteção ao trabalho para fortalecer a cidadania dos integrantes do mercado de trabalho brasileiro.

1. PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS EM 2008

PRINCIPAIS RESULTADOS HIERARQUIZADOS:

1 - No período de janeiro a dezembro, houve 668.857 (soma das ações 2628 e 4785) trabalhadores registrados pela ação da fiscalização do trabalho, garantindo aos trabalhadores os seus direitos trabalhistas e previdenciários. O total geral de trabalhadores alcançados pelas ações da fiscalização do trabalho também foi expressivo, 30.958.946. Os resultados das ações 2628 e 4785 foram muito importantes. Cumpre destacar que do total de trabalhadores registrados sob ação fiscal, 112.536 foram trabalhadores rurais. Quanto às ações de verificação de cotas, espelhadas pelas ações 4729 e 2E00, também houve resultados importantes para o objetivo deste programa. Em 2008, 25.844 pessoas com deficiência foram inseridas no mercado de trabalho mediante ação da fiscalização trabalhista, o mesmo ocorrendo com 55.637 jovens aprendizes na faixa etária de 14 a 24 anos. Em ambos os casos, os resultados de 2008 foram os maiores das suas séries históricas.

OBTENÇÃO DOS RESULTADOS: Acima do esperado

JUSTIFICATIVA: Das quatro ações citadas nesta questão, duas delas (4729 e 2E00), justamente as que expressaram recordes dentro da série histórica de cada uma, tiveram resultados superiores a meta estabelecida. Por outro lado, as ações 2628 e 4785, não conseguiram resultados que alcançassem as suas respectivas metas físicas. A greve dos auditores fiscais do trabalho, que durou em torno de 60 dias no primeiro semestre de 2008, contribuiu para resultados menores que os alcançados em 2007. Como a dinâmica de cada ação é diferente, aquelas ações que necessitam de uma fiscalização do meio ambiente de trabalho, com presença *in loco* do auditor fiscal do trabalho, tiveram prejuízos no alcance de resultados. Já as duas ações que resultaram em números recordes, são realizadas, na maior parte dos casos, na modalidade indireta (notificação, para um mesmo dia, de uma determinada quantidade de empresas), pois o meio ambiente de trabalho não precisa ser verificado para a comprovação do cumprimento das cotas legais de aprendizes e de pessoas com deficiência. A seguir, os resultados alcançados em cada ação em comparação com as suas metas físicas:

1. Ação "Fiscalização de Obrigações Trabalhistas e da Arrecadação do FGTS" - 556.321 - 93,78% da meta prevista (593.250);
2. Ação "Fiscalização do Trabalho no Campo" - 112.536 - 73% da meta prevista (154.159)
3. Ação "Inserção de Aprendizes no Mercado de Trabalho" - 55.637 - 101% da meta prevista (55.000)
4. Ação "Inserção de Pessoas com Deficiência no Mercado de Trabalho" - 25.844 - 258% da meta prevista (10.000).

Calculando-se a média dos percentuais de cada uma das quatro ações acima, chega-se a um alcance de 131,44%.

2. GRAU DE CONTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS DO PROGRAMA PARA O ALCANCE DO OBJETIVO SETORIAL

Objetivo Setorial Vinculado ao Programa: Reduzir a precarização das relações de trabalho

GRAU DE CONTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS DO PROGRAMA PARA O ALCANCE DO OBJETIVO SETORIAL: Acima do esperado

JUSTIFICATIVA: Todas as metas físicas das ações principais do programa são, em última instância, referentes a trabalhadores registrados mediante ação fiscal. Este registro significa que a fiscalização trabalhista encontrou trabalhadores em situação irregular quanto ao contrato de trabalho, uma vez que tal contrato não havia sido formalizado. O registro nada mais é do que a anotação do contrato de trabalho na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), o que garante a tais trabalhadores todos os direitos trabalhistas e previdenciários, reduzindo, desta forma, a precarização das relações de trabalho. O trabalhador, ao ser registrado, ingressa no sistema de garantia de direitos.

3. COBERTURA DO PÚBLICO ALVO

O público-alvo especifica o(s) segmento(s) da sociedade ao(s) qual(is) o programa se destina e que pode se beneficiar direta e legitimamente com sua execução. A parcela do público-alvo efetivamente coberta pelo Programa é conhecida como "beneficiários".

COBERTURA DO PÚBLICO-ALVO: ACIMA DO ESPERADO

JUSTIFICATIVA: As ações 2628 e 4785 são as responsáveis por medir o indicador do programa e sua execução contribui com o cumprimento dos seus objetivos. Os índices alcançados, mesmo com a greve de auditores fiscais do trabalho durante um período de 2008, mostram que a estratégia de planejamento implementada ainda em 2004 apresentou resultados positivos. A partir de um diagnóstico prévio e consultando as entidades representativas de trabalhadores de cada regional, o planejamento das ações fiscais tem sido mais focado nos locais/atividades que apresentam fortes indícios de irregularidades trabalhistas.

4. SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

O PROGRAMA AVALIA A SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS? Não

DIFICULDADES PARA AVALIAR A SATISFAÇÃO DO BENEFICIÁRIO: O programa não possui recursos orçamentários para contratar pesquisas de avaliação/satisfação do usuário. As Comissões de Colaboração com a Inspeção do Trabalho - CCIT, existentes nas 27 Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego, suprem esta necessidade quando fazem a avaliação dos resultados alcançados a partir da execução do planejamento das ações da fiscalização do trabalho. Estas avaliações ocorrem, no mínimo, semestralmente, e constam em ata das reuniões da CCIT.

5. DESENHO DO PROGRAMA QUANTO AOS TEMAS TRANSVERSAIS (RAÇA, GÊNERO, PESSOA COM DEFICIÊNCIA E/OU CRIANÇA E JUVENTUDE)

OS TEMAS TRANSVERSAIS ESTÃO CONTEMPLADOS NO ÂMBITO DO PROGRAMA?

Sim

FORMA DE ABORDAGEM DOS TEMAS TRANSVERSAIS:

Pessoa com Deficiência: Há uma ação específica no programa para cuidar do tema - Ação 2E00 "Inserção de Pessoas com Deficiência no Mercado de Trabalho". O objetivo da ação é verificar o cumprimento da legislação de cotas, inserindo no mercado de trabalho pessoas com deficiência ou reabilitadas da Previdência Social. A meta física reflete este objetivo. O resultado de 2008 é o maior da série histórica, a partir de 2005. Foram inseridas no mercado de trabalho 25.844 pessoas com deficiência mediante ação da fiscalização trabalhista.

Criança e Juventude: Há programa específico para verificar o trabalho infantil, cuja gerência cabe ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). O MTE é responsável por ações que integram tal programa (Fiscalização do Trabalho Infantil e Atualização do Mapa de Focos do Trabalho Infantil). Quanto à juventude, há uma ação específica no programa para cuidar do tema - Ação 4729 "Inserção de Aprendizês no Mercado de Trabalho". O objetivo da ação é verificar o cumprimento da legislação de cotas, inserindo no mercado de trabalho jovens na faixa etária de 14 a 24 anos. A meta física reflete este objetivo. O resultado de 2008 é o maior da série histórica, a partir de 2000. Foram inseridas no mercado de trabalho 55.637 jovens aprendizês mediante ação da fiscalização trabalhista.

COMENTÁRIOS ADICIONAIS: Não há corte específico para raça e gênero. A fiscalização trabalhista verifica o cumprimento da legislação em vigor e não tendo nada nesta legislação que se refira à raça à gênero, o programa não contempla este tema de forma destacada dos demais.

6. MECANISMOS DE PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL

O PROGRAMA APRESENTA MECANISMOS DE PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL? Sim

Reunião com grupos de interesse: Em todas as Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego (SRTE), por força de portaria ministerial, há instituída uma Comissão de Colaboração com a Inspeção do Trabalho (CCIT), integrada por representação governamental (chefes da fiscalização do trabalho, chefe das relações do trabalho e gabinete da autoridade regional) e representação das entidades mais representativas de trabalhadores da região. A CCIT se reúne, no mínimo, duas vezes ao ano, para elaborar o planejamento e fazer uma avaliação dos resultados alcançados. Todas as reuniões são registradas em atas.

CONTRIBUIÇÕES DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL PARA OS RESULTADOS DO PROGRAMA: Uma melhor focalização das ações da fiscalização trabalhista, permitindo racionalizar o efetivo diminuto de auditores fiscais do trabalho. O planejamento da fiscalização ao ser discutido no âmbito da CCIT, e com

eventual participação do Ministério Público do Trabalho, permite que as ações sejam direcionadas para as empresas com indícios de irregularidades, alcançando um maior número de trabalhadores que não estão tendo seus direitos trabalhistas e previdenciários respeitados.

SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO**GERENTE DO PROGRAMA**

Ruth Beatriz de Vasconcelos Vilela

OBJETIVO

Proteger a vida, promover a segurança, saúde e bem estar do trabalhador e produzir e difundir conhecimento sobre Segurança e Saúde do Trabalho

PÚBLICO-ALVO

Trabalhadores formais e informais

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

QUADRO SÍNTESE DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

Autorizado (LOA + Créditos): R\$ 55.550.200,00	Empenho Liquidado: R\$ 52.908.601,00 Pago Estatais: - Total: R\$ 52.908.601,00
Previsto não orçamentário R\$ 380.000.000,00	Realizado não orçamentário R\$ 321.315.550,00

METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
Ampliação da Adesão ao Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT - 909G (TRABALHADOR BENEFICIADO/UNIDADE) - Meta Física Não Cumulativa	9.696.685,00	11.256.539,00	1,16	380.000.000,00	321.315.550,00	0,85
Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes - 2004 (PESSOA BENEFICIADA/UNIDADE) - Meta Física Não Cumulativa	1.532,00	762,00	0,50	771.956,00	584.499,00	0,76
Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados - 2010 (criança atendida/UNIDADE) - Meta Física Não Cumulativa	34,00	33,00	0,97	38.212,00	26.345,00	0,69

Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados - 2012 (SERVIDOR BENEFICIADO/UNIDADE) - Meta Física Não Cumulativa	305,00	301,00	0,99	527.318,00	508.527,00	0,96
Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados - 2011 (SERVIDOR BENEFICIADO/UNIDADE) - Meta Física Não Cumulativa	185,00	101,00	0,55	268.143,00	185.826,00	0,69
Avaliações Técnico-Científicas em Segurança e Saúde no Trabalho - 6536 (Relatório emitido/UNIDADE)	900,00	1.285,00	1,43	150.000,00	149.954,00	1,00
Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - 09HB (-/-)	0,00	0,00	-	5.103.505,00	5.006.593,00	0,98
Educação em Segurança e Saúde no Trabalho - 4814 (-/-)	5.600,00	6.521,00	1,16	2.880.000,00	2.342.249,00	0,81
Educação em Segurança e Saúde no Trabalho - 4814 (PESSOA CAPACITADA/UNIDADE)	5.600,00	6.521,00	1,16	2.880.000,00	2.342.249,00	0,81
Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	0,00	0,00	-	38.073.066,00	37.882.003,00	0,99
Inspeção em Segurança e Saúde no Trabalho - 2690 (inspeção realizada/UNIDADE)	202.351,00	145.815,00	0,72	3.200.000,00	2.452.800,00	0,77
Pesquisa, Estudo e Desenvolvimento em Segurança e Saúde no Trabalho - 4714 (PESQUISA REALIZADA/UNIDADE)	128,00	38,00	0,30	2.900.000,00	2.899.123,00	1,00
Produção e Distribuição de Material Técnico-Científico e Didático sobre Segurança e Saúde no Ambiente de Trabalho - 4722 (Exemplar distribuído/UNIDADE)	52.437,00	131.652,00	2,51	630.000,00	592.474,00	0,94
Regulamentação em Segurança e Saúde no Trabalho - 2A63 (Norma publicada/UNIDADE)	13,00	8,00	0,62	1.000.000,00	278.208,00	0,28
Ressarcimento a Empregadores Não-Optantes pelo Benefício Fiscal Previsto nas Leis nº	2,00	0,00	0,00	8.000,00	0,00	0,00

6.321, de 1976 e 6.542, de 1978 - 0554 (empresa beneficiada/UNIDADE)						
Índice médio geral de realização	0,93			0,77		

METAS FINANCEIRAS - RAP

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
(RAP 2007) Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes - 2004 (PESSOA BENEFICIADA/UNIDADE) - Meta Física Não Cumulativa	-	-	-	39.893,00	0,00	0,00
(RAP 2007) Avaliações Médicas, Análises e Ensaio de Laboratório em Segurança e Saúde no Ambiente de Trabalho - 2617 (Análise realizada/UNIDADE)	-	-	-	146.134,00	79.713,00	0,55
(RAP 2007) Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - 09HB (-/-)	-	-	-	293.583,00	0,00	0,00
(RAP 2007) Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	-	-	-	1.598.734,00	1.142.475,00	0,71
(RAP 2007) Inspeção em Segurança e Saúde no Trabalho - 2690 (inspeção realizada/UNIDADE)	-	-	-	17.929,00	8.372,00	0,47
(RAP 2007) Produção e Distribuição de Material Técnico-Científico, Didático e Institucional sobre Segurança e Saúde no Ambiente de Trabalho - 4722 (Exemplar distribuído/UNIDADE)	-	-	-	243.514,00	133.032,00	0,55
(RAP 2007) Produção Técnico-Científica em Segurança e Saúde no Ambiente de Trabalho - 4714 (PESQUISA DIVULGADA/UNIDADE)	-	-	-	105.139,00	18.271,00	0,17
(RAP 2007) Qualificação	-	-	-	20.700,00	700,00	0,03

em Segurança e Saúde no Ambiente de Trabalho - 4814 (PESSOA QUALIFICADA/UNIDADE)						
(RAP 2007) Regulamentação em Segurança e Saúde no Trabalho - 2A63 (Norma Regulamentadora Publicada/UNIDADE)	-	-	-	3.842,00	2.936,00	0,76
Índice médio geral de realização						0,36

INDICADOR(ES)

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICE DE REFERÊNCIA (LINHA DE BASE)		ÍNDICE APURADO EM 2008		ÍNDICE PREVISTO PARA O FINAL DO PPA (2011)	POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011
	Índice	Data de Apuração	Índice	Data de Apuração		
COEFICIENTE DE ACIDENTES DECORRENTES DO TRABALHO - 1/1.000	15,63	31/12/2006	13,93	12/2007	12,5	Média

Fonte: Anuário Estatístico de Acidentes do Trabalho

Medidas corretivas necessárias: Medidas Corretivas Necessárias: Existe no país, de forma significativa, uma cultura de não-notificação de acidentes de trabalho à Previdência Social, especialmente de acidentes que não levam à morte ou lesões graves. Essa atitude vem sendo combatida por diversos órgãos públicos. A redução dessa não-notificação leva, obviamente, ao aumento do número de acidentes apurados. Por outro lado, fatores econômicos e sociais também influenciam nesse índice, que tende a crescer em momentos de grande aceleração da atividade econômica, por exigências excessivas de produtividade, mas também cresce em momentos de crise, quando trabalhadores aceitam empregos precários, que os expõem a riscos à sua vida e empregadores resistem a investir na promoção de ambientes de trabalho seguros. O indicador é, portanto, sujeito a variações que não dependem das ações do MTE.

COEFICIENTE DE DOENÇAS RELACIONADAS AO TRABALHO - 1/10.000	12	31/12/2006	53,64	12/2007	12	Muito Baixa
---	----	------------	-------	---------	----	-------------

Fonte: Anuário Estatístico de Acidentes do Trabalho

Medidas corretivas necessárias: Medidas Corretivas Necessárias: Os dados de doenças relacionadas ao trabalho utilizados para esse indicador são os da Previdência Social. O órgão alterou sua metodologia de caracterização de doenças relacionadas ao trabalho, por meio da introdução do Nexa Epidemiológico. Com a alteração, muitas doenças que eram consideradas doenças comuns, passaram a ser consideradas doenças relacionadas ao

trabalho, provocando um crescimento de mais de 500% no número de casos. O número de referência teria de ser corrigido.

COEFICIENTE DE MORTALIDADE POR ACIDENTES DE TRABALHO - 1/100.000	10,75	31/12/2006	9,41	12/2007	8,76	Alta
---	-------	------------	------	---------	------	------

Fonte: Anuário Estatístico de Acidentes do Trabalho

Medidas corretivas necessárias:

COEFICIENTE DE TRABALHADORES ALCANÇADOS PELA INSPEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE - 1/1.000	770	31/12/2006	656,37	12/2007	890	Média
---	-----	------------	--------	---------	-----	-------

Fonte: Sistema Federal de Inspeção do Trabalho

Medidas corretivas necessárias: Medidas Corretivas Necessárias: A inspeção do trabalho está passando por uma mudança em sua metodologia de trabalho, buscando uma atuação mais estratégica, mais direcionada à prevenção de acidentes e doenças do trabalho, e de melhor qualidade. A proposta seria a de se criar um novo indicador que correlacione melhor o número de trabalhadores, ou de estabelecimentos alcançados, o número de ações de inspeção e o risco da atividade econômica alcançada. Ou seja, não é importante apenas que a inspeção alcance grande número de trabalhadores; é tanto, ou mais, importante que a inspeção alcance trabalhadores expostos a riscos graves à sua vida e saúde.

TAXA DE ACIDENTES FATAIS INVESTIGADOS - PERCENTAGEM	22,45	31/12/2006	24	12/2007	40	Média
--	-------	------------	----	---------	----	-------

Fonte: Sistema Federal de Inspeção do Trabalho

Medidas corretivas necessárias: Medidas Corretivas Necessárias: Com a priorização das análises de acidentes, espera-se que haja um incremento nesse tipo de atividade, fundamental para a prevenção. Entretanto, os cortes sistemáticos de recursos financeiros que têm ocorrido pode prejudicar o alcance dos índices desejados.

NÚMERO DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA DOS PESQUISADORES DA FUNDACENTRO - UNIDADE	15	01/12/2006	25	12/2008	35	Média
---	----	------------	----	---------	----	-------

Fonte: Relatório de atividades anual da FUNDACENTRO

Medidas corretivas necessárias: Abertura de concurso público para aumento do quadro de pesquisadores e tecnologistas e reposição dos servidores que se

aposentaram em 2007 e 2008 e que se aposentarão em 2009, 2010 e 2011.

CONTEXTUALIZAÇÃO

As transformações de ordem econômica, tecnológica, social e política que vêm ocorrendo no mundo do trabalho apresentam aspectos perturbadores para os trabalhadores, empregadores e governo, desorientando-os sobre quais seriam as alternativas para fazer frente a elas. Os reflexos dessas transformações são sentidos em diferentes níveis. De um lado, registra-se a necessidade de o trabalhador buscar novas competências a fim de assegurar sua incorporação em uma nova ordem. Por outro lado, a precarização do trabalho e as condições nas quais ele é executado impõem, no Brasil, um nível inaceitável de acidentes que matam, mutilam e adoecem os trabalhadores, incompatível com a realidade de um país que busca justiça social. Segundo dados estatísticos divulgados pela Organização Mundial da Saúde em 2000 sobre a violência do trabalho no mundo, ocorrem anualmente 271 milhões de doenças ocupacionais, 250 milhões de acidentes do trabalho e 330 mil mortes, além de novas doenças do trabalho que surgem a cada ano. Em 2005, no Brasil foram registrados 491.711 acidentes de trabalho, e destes, 30.334 casos foram reconhecidos como doenças do trabalho. Os óbitos resultantes de acidentes de trabalho nesse mesmo ano foram de 2.708 casos, segundo o Ministério da Previdência Social. No entanto, estes dados expressam a realidade de apenas um terço da População Economicamente Ativa - PEA - do Brasil. A situação é grave e precisa ser alterada. Parte-se do pressuposto que deva existir nas organizações um conjunto de atributos positivos a fim de assegurar que o trabalho não seja a causa de mortes, mutilações, sofrimentos e doenças para quem o realiza. É obrigação dessas organizações assegurar, por meio de sua gestão, as condições e os meios necessários para que esses atributos estejam incorporados às suas atividades. O esforço de inserir a Segurança e Saúde no Trabalho no processo de elaboração da agenda do crescimento econômico demonstra a preocupação do governo em promover ações que visem compatibilizar, permanentemente, o trabalho com a preservação da vida e promoção da saúde do trabalhador. Neste cenário, identifica-se uma necessidade de que se potencialize a proteção da vida e a promoção da segurança e saúde no trabalho aliado a uma crescente demanda, não só por difusão de informações já disponíveis, como, também, por geração de novos conhecimentos capazes de fazer frente às questões suscitadas pelas inovações de caráter gerencial e tecnológico observadas no mundo do trabalho.

1. PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS EM 2008

PRINCIPAIS RESULTADOS HIERARQUIZADOS:

1. Inspeção em Segurança e Saúde no Trabalho - Foram realizadas no ano 145.815 ações fiscais em segurança e saúde no trabalho.

2. Regulamentação em Segurança e Saúde no Trabalho – Foram elaboradas ou atualizadas em 2008, por meio de processo tripartite, oito normas.
3. Produção e Distribuição de Material Técnico-Científico e Didático sobre Segurança e Saúde no Ambiente de Trabalho – No ano, foram distribuídos 131.652 exemplares de material técnico-científico e didático sobre segurança e saúde no ambiente de trabalho.

OBTENÇÃO DOS RESULTADOS: Acima do esperado

JUSTIFICATIVA: O objetivo do programa Segurança e Saúde no trabalho é o de proteger a vida, promover a segurança, saúde e bem estar do trabalhador e produzir e difundir conhecimento sobre Segurança e Saúde do Trabalho. As ações que visam à proteção à vida e promoção da segurança, saúde e bem estar do trabalhador no âmbito do programa são especialmente as de inspeção dos ambientes de trabalho e a de regulamentação em segurança e saúde. As ações de inspeção são executadas diretamente nos ambientes de trabalho, verificando o cumprimento da legislação específica, em especial no que diz respeito ao efetivo controle dos riscos à vida e à integridade física existentes nos locais de trabalho. Incluem-se ainda entre essas ações, as atividades de análise dos acidentes de trabalho, que são realizadas com o propósito de identificar fatores de risco relacionados a acidentes, principalmente os graves e fatais, promovendo sua eliminação ou controle, para a prevenção de novas ocorrências. No ano de 2008, a meta inicialmente proposta era a de realização de 202.351 ações fiscais. Entretanto, com o contingenciamento de cerca de 20% dos recursos financeiros e com a ocorrência de greve dos auditores fiscais do trabalho, que se estendeu por mais de dois meses, o número de 145.815 ações fiscais foi considerado superior ao previsto. Vale ressaltar que essas ações são planejadas e distribuídas segundo as prioridades definidas nacional e regionalmente, com enfoque nos setores econômicos que apresentam maiores riscos à saúde e integridade física dos trabalhadores, assim como maiores números de acidentes. As ações abrangeram os seguintes setores: agricultura (5,9%), comércio, 26,3%, construção (21,4%), educação (1,5%), hotéis e restaurantes (4,8%), indústria (19,6%), instituições financeiras (1,0%), saúde (3,1%), serviços (8%), transporte (5,3%), sendo o restante em outras atividades. Quanto à ação de regulamentação, o desenvolvimento e a atualização continuada da legislação específica de segurança e saúde no trabalho é fundamental para a instrumentalização da fiscalização do trabalho, assim como para a orientação de empregadores e trabalhadores na promoção de ambientes de trabalho seguros e saudáveis. No ano de 2008 foram feitos avanços importantes nesse sentido, em especial a publicação de uma Norma Regulamentadora sobre Pesca Industrial e Comercial, atividade de risco elevado para a qual inexistia legislação específica no âmbito do trabalho (Portaria SIT n.º 36, de 29 de janeiro de 2008 - aprova o Anexo I da NR-30) e a alteração da NR 15 com a proibição do processo de corte e acabamento a seco de rochas ornamentais, processo esse responsável por grande número de casos de silicose, doença pulmonar grave e irreversível, no país (Portaria SIT n.º 43, de 11 de março de 2008). Outras alterações normativas

publicadas: inclusão de item referente a Plataforma de Trabalho Aéreo na NR 18, que regulamenta a indústria da construção (Portaria SIT n.º 40, de 07 de março de 2008); a revogação das obsoletas Normas Regulamentadoras Rurais por meio da Portaria MTE n.º 191, de 15 de março de 2008; a atualização de itens da NR 13, que trata de caldeiras e vasos de pressão (Portaria SIT n.º 57, de 19 de junho de 2008); revisão de item da NR 30 – Trabalho Aquaviário (Portaria SIT n.º 58, de 19 de junho de 2008); a definição de cronograma para a implantação de dispositivos de segurança em materiais perfurocortantes, por meio de alteração da NR 32, que dispõe sobre segurança e saúde nos estabelecimentos de saúde (Portaria MTE n.º 939, de 18 de novembro de 2008) e a alteração do Quadro I da NR 4, que trata do dimensionamento dos Serviços Especializados em Segurança e Medicina do Trabalho – SESMT (Portaria SIT n.º 76, de 21 de novembro de 2008). Todas as normas regulamentadoras são alteradas e revisadas por processo tripartite, coordenado pela Comissão Tripartite Paritária Permanente. A previsão estabelecida de publicação de 16 normas ou alterações de norma é superior à capacidade existente em termos de corpo técnico das bancadas de governo, empregadores e trabalhadores. Houve significativo contingenciamento de recursos na ação e, mesmo assim, os resultados foram bastante acima do esperado. Quanto ao objetivo de produzir e difundir conhecimento sobre Segurança e Saúde do Trabalho, no âmbito das ações da Fundacentro, 6.521 pessoas foram capacitadas em segurança e saúde no trabalho (SST). A capacitação deu-se por meio da participação em cursos sobre os mais variados temas da área de SST e nos mais variados setores econômicos, tais como “Proteção respiratória”, “Segurança e saúde rural”, “SST no setor de transporte rodoviário”, “Métodos de investigação e análise de acidentes do trabalho”, “Ergonomia na empresa”, “SST na pesca artesanal”, “Legislação aplicada à SST”, “Proteção de máquinas e equipamentos”, e “Exposição ocupacional às vibrações mecânicas”. Tais cursos, com duração de 8 a 40 horas, foram realizados no Distrito Federal e nos seguintes estados da federação: RS, SC, PR, SP, RJ, BA, MG, BA, SE, AL, PE, PB, RN, CE, TO, PA, GO, MT, MS, ou seja, a ação foi implementada na maioria dos estados brasileiros. Ainda nesse objetivo, cabe destacar a distribuição de 131.652 exemplares de material técnico-científico e didático sobre SST. A meta física estabelecida foi superada por três razões principais: disponibilização da Revista Brasileira de Saúde Ocupacional (RBSO) no portal da Fundacentro; aumento da participação em feiras e exposições da área de segurança e saúde no trabalho e incentivo à distribuição de impressos da Fundacentro existentes em estoque. Em 2007 a Fundacentro passou disponibilizar os números da RBSO para *download*. A partir de 2008 passou a contabilizar os números acessados e baixados da internet. A média mensal de *downloads* da revista tem se mantido em torno de 3.000 exemplares. Essa ferramenta permitiu à Fundacentro alcançar um número maior de usuários que buscam informações científicas em SST. Ainda em 2008, a Fundacentro passou a receber muitas solicitações para participação em eventos (feiras, seminários e exposições) sobre SST, sendo esta uma boa oportunidade para distribuir os seus materiais didáticos, técnico-científicos e institucionais. Devido a grande quantidade

de material didático, técnico-científico e institucional impresso existente em estoque e à necessidade de mudança de localização da gráfica da Fundacentro, foi feita uma ação concentrada no sentido de encaminhar parte desse material para instituições de ensino, sindicatos laborais e patronais e instituições do governo. Tanto os conhecimentos transmitidos nos cursos quanto aqueles presentes nas publicações da Fundacentro, originam-se de pesquisas realizadas pelos pesquisadores e tecnologistas da instituição. Essas pesquisas buscam atender a parte do objetivo do programa que trata da produção de conhecimento em SST. Em 2008, a Fundacentro adotou o critério de considerar como pesquisa realizada apenas aquelas cujos resultados foram disponibilizados por meio de artigos, livros e capítulos de livros. Considerando esse critério, foram disponibilizados, no ano, os resultados de 38 pesquisas. Os números mostram que, quantitativamente, as ações de capacitação e distribuição de material didático alcançaram um público maior. Porém, a atividade de pesquisa é essencial, pois somente por meio dessa ação são conhecidos novos agravos à saúde do trabalhador e são apresentadas propostas de melhoria das condições dos ambientes de trabalho. Como exemplo dessa situação, pode-se citar a publicação da Portaria 43, de 11 de março de 2008, da SIT, que proíbe o processo de corte e acabamento a seco de rochas ornamentais e altera a redação do anexo 12 da Norma Regulamentadora n.º 15. O embasamento técnico para a proposição da portaria teve como origem as pesquisas realizadas pelos pesquisadores da Fundacentro.

2. GRAU DE CONTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS DO PROGRAMA PARA O ALCANCE DO OBJETIVO SETORIAL

Objetivo Setorial Vinculado ao Programa: Reduzir a precarização das relações de trabalho

GRAU DE CONTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS DO PROGRAMA PARA O ALCANCE DO OBJETIVO SETORIAL: Acima do esperado

JUSTIFICATIVA: Uma das piores formas de trabalho é aquele que se desenvolve às custas da vida e saúde dos trabalhadores. As ações de regulamentação específica, com o estabelecimento de patamares mínimos de segurança e saúde no trabalho, de fiscalização dos ambientes e condições de trabalho e as ações de formação de trabalhadores, empregadores e demais atores sociais na área são essenciais para o alcance do trabalho decente.

3. COBERTURA DO PÚBLICO ALVO

O público-alvo especifica o(s) segmento(s) da sociedade ao(s) qual(is) o programa se destina e que pode se beneficiar direta e legitimamente com sua execução. A parcela do público-alvo efetivamente coberta pelo Programa é conhecida como "beneficiários".

COBERTURA DO PÚBLICO-ALVO: DENTRO DO ESPERADO

JUSTIFICATIVA: A redução do porte das empresas no país cria dificuldades para que a inspeção do trabalho alcance maior número de trabalhadores, uma vez que cada estabelecimento inspecionado possui hoje menor número de empregados. Por outro lado, pela limitação de competência da

inspeção do trabalho, que atua sobre trabalhadores celetistas, parcela do público-alvo, ou seja, trabalhadores informais, que não tenham um vínculo de emprego formalizado ou passível de formalização, encontra-se ainda, em geral, fora do alcance da fiscalização. Os cursos realizados pela Fundacentro para capacitação em SST e a distribuição de material técnico-científico e didático sobre SST, não fazem distinção do público alvo a ser alcançado. Preferencialmente, os cursos são voltados aos profissionais que atuam em SST, porém a participação é aberta a qualquer interessado, seja trabalhador formal ou informal. O mesmo se aplica à distribuição de material didático. Quanto às pesquisas, busca-se implementá-las em temas e setores ainda não estudados.

4. SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

O PROGRAMA AVALIA A SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS? Sim

GRAU DE SATISFAÇÃO DO BENEFICIÁRIO: Satisfeito

JUSTIFICATIVA: Inexiste uma avaliação direta. A satisfação é indiretamente avaliada por meio de reuniões, em cada regional, com a Comissão de Acompanhamento da Inspeção do Trabalho, integrada pelas principais representações de sindicatos dos trabalhadores na unidade da federação e por meio do contato cotidiano com as representações de trabalhadores integrantes das comissões tripartites, mantidas e coordenadas pela Secretaria de Inspeção do Trabalho. O diálogo com todas essas representações tem sido amplamente positivo e suas demandas são rotineiramente avaliadas e consideradas.

MECANISMOS UTILIZADOS E CONSEQÜÊNCIAS PARA O APERFEIÇOAMENTO DO

PROGRAMA: Conforme já exposto, a satisfação é indiretamente avaliada pelas representações de trabalhadores integrantes das comissões nacionais e regionais vinculadas à Secretaria de Inspeção do Trabalho. O resultado desse diálogo continuado é utilizado para a definição de prioridades da Inspeção do Trabalho, tanto para a fiscalização – setores econômicos a serem fiscalizados intensivamente, quanto para a regulamentação – seleção de temas a serem normatizados ou atualizados na legislação já existente. Existe ainda, em cada Unidade Federativa, o atendimento direto aos trabalhadores nos Plantões Fiscais, com o recebimento de denúncias e orientação quanto a aspectos na legislação.

5. DESENHO DO PROGRAMA QUANTO AOS TEMAS TRANVERSAIS (RAÇA, GÊNERO, PESSOA COM DEFICIÊNCIA E/OU CRIANÇA E JUVENTUDE)

OS TEMAS TRANVERSAIS ESTÃO CONTEMPLADOS NO ÂMBITO DO PROGRAMA?

Sim

FORMA DE ABORDAGEM DOS TEMAS TRANVERSAIS:

Pessoa com Deficiência: As ações do programa são voltadas a todos os trabalhadores formais e informais, independente de raça, gênero, capacidade física ou idade. Algumas atividades previstas nas ações do programa são voltadas para grupos específicos como, por exemplo, as ações da Fundacentro voltadas à adoção de medidas de prevenção de acidentes do trabalho quando da inclusão dos trabalhadores com deficiência no mercado de trabalho.

6. MECANISMOS DE PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL

O PROGRAMA APRESENTA MECANISMOS DE PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL? Sim

Consulta Pública: Na ação de Regulamentação em Segurança e Saúde no Trabalho, todas as normas em elaboração passam por consulta pública antes da redação do texto final.

Reunião com grupos de interesse: Quanto à ação Inspeção dos Ambientes e Condições de trabalho, é realizada a cada ano, na época do planejamento, reunião com uma comissão existente em cada Superintendência Regional do Trabalho, integrada por representantes dos sindicatos mais representativos da região.

Discussão em Conselho Setorial: A ação de Regulamentação em Segurança e Saúde no Trabalho é coordenada pela CTPP – Comissão Tripartite de Segurança e Saúde no Trabalho, à qual vinculam-se cerca de treze comissões tripartites temáticas, que executam o processo de regulamentação e acompanham a implantação da norma. Na ação de ampliação do Programa de Alimentação do Trabalhador existe, como órgão consultivo, a Comissão Tripartite do PAT – CTPAT.

CONTRIBUIÇÕES DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL PARA OS RESULTADOS DO PROGRAMA: Para a inspeção do trabalho, a CCIT contribui na definição das definições das prioridades de fiscalização, em termos de setores econômicos. Na ação de regulamentação, a participação social é a regra, uma vez que todo o processo é tripartite. Por sua vez, no Programa de Alimentação do Trabalhador, a CTPAT participa integralmente de todas as atividades, no planejamento, na execução e no desenvolvimento e avaliação do realizado.

Parte inferior do formulário